



**Governo do Estado
do Ceará**

Mensagem à Assembléia Legislativa

Abertura da Sessão Legislativa

2007



Governo do Estado
do Ceará

Mensagem à Assembléia Legislativa

2007



**Governo do Estado
do Ceará**

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Francisco José Pinheiro

Gabinete do Governador	Ivo Ferreira Gomes
Procuradoria-Geral do Estado	Fernando Antonio C. Oliveira
Casa Militar	Francisco José B. Rodrigues
Casa Civil	Arialdo de Melo Pinho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Camilo Sobreira de Santana
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	René Teixeira Barreira
Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral	Aloísio Barbosa de C. Neto
Secretaria da Cultura	Francisco Auto Filho
Secretaria das Cidades	Joaquim Cartaxo Filho
Secretaria da Educação	Maria Izolda Cela A. Coelho
Secretaria do Esporte	Ferrucio Petri Feitosa
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infra-Estrutura	Francisco Adail de C. Fontenele
Secretaria da Justiça e Cidadania	Marcos C. Cals de Oliveira
Secretaria do Planejamento e Gestão	Silvana Parente
Secretaria dos Recursos Hídricos	César Augusto Pinheiro
Secretaria da Saúde	João Ananias V. Neto
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Roberto Chagas Monteiro
Secretaria do Turismo	Bismark C.L..P Maia
Defensoria Pública Geral	Luciano S. H. de Medeiros
Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico	Ivan Rodrigues Bezerra
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	André Barreto
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima



**Governo do Estado
do Ceará**

GOVERNO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Mensagem à Assembleia Legislativa

2007

Abertura da Sessão Legislativa

Fortaleza, 2007



Governo do Estado do Ceará

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIA	Silvana Parente
SECRETÁRIA-ADJUNTA	Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	Marcus Augusto Silva Ferreira

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL	Francisco José Mendes Gifoni
CONSOLIDAÇÃO TÉCNICA	Ana Lúcia Ribeiro Lima
ELABORAÇÃO TÉCNICA	Ana Lúcia Ribeiro Lima
	Antenor Barbosa Filho
	Antônio Lisboa Teles da Rosa
	João Adjemir de Mesquita Paiva
	Maria Cristina de Moura Góis
	Maria Eloísa Bezerra da Rocha
	Pedro Jorge Ramos Viana
COLABORAÇÃO TÉCNICA	Annúzia Maria Pontes Gosson
	Aprígio Botelho Lócio
	Carlos Eduardo Pires Sobreira
	Claudio André Gondim Nogueira
	Francis Carlo Petterini
	Keyla Cristina Albuquerque Lacerda
	Luciana Nunes Coutinho
	Marcelo Ponte Barbosa
	Naiana Correia Lima
	Nicolino Trompieri Neto
	Raquel da Silva Sales
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	Dulcineide Bessa
	Julian Marlos Carneiro Lima



**Governo do Estado
do Ceará**

Pronunciamento do Governador

PRONUNCIAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, DR. CID FERREIRA GOMES, QUANDO DA ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Excelentíssimos Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Após ter sido escolhido, pela vontade livre e soberana do povo cearense, para governar o Estado do Ceará, nos próximos quatro anos, tenho a grata satisfação de entregar a esta Augusta Casa Legislativa, a Mensagem do Poder Executivo do ano de 2007, tendo como parâmetros balizadores as diretrizes da nova Gestão Governamental que se inicia. Faço isso no cumprimento do ordenamento Constitucional Estadual (art. 88, inciso VIII da Constituição do Estado do Ceará).

Inicia-se uma nova jornada, um salto em direção a uma sociedade mais justa e solidária, calcada no respeito à dignidade da maioria da população cearense, ainda excluída dos avanços e conquistas da sociedade contemporânea.

Estou ciente de que esta é uma tarefa árdua, e deverá contar com a ajuda de todos. Este é um projeto a ser construído na pluralidade de soluções possíveis, firmando-se no apoio democrático das idéias e com ampla participação da sociedade civil.

Não se pretende obscurecer o que se colheu de bom ao longo dos últimos anos de gestão de Governo no Estado do Ceará. No entanto, pretende-se aperfeiçoar o que teve bons resultados e inovar a forma de governar, implementando, de maneira séria e responsável, novas propostas e projetos, capazes de alavancar um desenvolvimento econômico, político e socioambiental que proporcione o exercício da cidadania a todo cearense.

Para tanto, um conjunto de medidas estão sendo tomadas, tendo como pilares mestras a Educação, apoiada na Ciência e Tecnologia, a Saúde, a Cultura. Esse conjunto de medidas firmará a identidade do povo cearense e valorizará o trabalho e a renda como passaportes da cidadania.

Além disso, privilegiaremos as localidades, municípios e regiões, de forma a integrá-los à economia estadual, assegurando o desenvolvimento local e regional, todos com participação ativa na vida econômica, política e social do Estado, de modo a permitir a distribuição eqüitativa da riqueza entre as pessoas e as regiões do Estado.

Quero reafirmar perante esta Augusta Casa do Povo que o compromisso do meu Governo é de trabalhar em prol de um Ceará mais justo, mais digno e mais honrado, tanto no cenário estadual, quanto nos cenários nacional e internacional.

Nosso objetivo é cumprir a proposta apresentada ao povo cearense, adequando-a à realidade que nos impõe o Estado em seus aspectos fiscais, econômicos, orçamentários, financeiros e sociais, não estando, no entanto, apenas restrito a eles, mas buscando formas de integração e participação para superar as dificuldades e desafios para que o Ceará possa crescer com destaque no cenário nacional.

Nesse desiderato, faz-se mister a colaboração dos Eminentíssimos pares desta Casa Legislativa, na apreciação dos Planos e Projetos apresentados pelo Poder Executivo, que estarão sempre pautados numa gestão governamental renovada e eticamente responsável.

O grande salto que o Ceará deverá dar nos próximos anos terá como esteio as áreas de saúde, educação, segurança pública, trabalho e renda, sem prejuízo das demais.

No campo educacional, trabalharemos, de forma intersetorializada, a Educação e a Ciência e Tecnologia, como premissas básicas para esse novo Projeto de Desenvolvimento do Estado, em constante articulação com os municípios, com foco na qualidade da educação.

Na esfera de segurança pública, os nossos projetos e ações estarão voltados para enfrentar a criminalidade e a violência endêmica, de modo a semearmos e colhermos sentimentos de segurança e tranquilidade para a população.

No setor da saúde, envidaremos esforços para que seja materializado o preceito constitucional **Saúde, direito de todos e dever do Estado**. Nossa proposta é construir um Sistema de Saúde humanizado, coerente com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), que garanta atenção integral a todos os cidadãos.

A promoção do trabalho, visando a geração de emprego e renda no Estado, será validada por um conjunto de projetos e ações ligados a uma política pública de trabalho, tratada como parte integrante e interdependente das ações de desenvolvimento do Estado.

O grande desafio para o desenvolvimento econômico será dado pela construção de uma economia urbana e rural sustentável, que aproveita as oportunidades e considera as peculiaridades de cada região, numa visão criativa e proativa de convivência com o semi-árido cearense, tendo o apoio das ações de educação, ciência, tecnologia e inovação, a fim de expandir as oportunidades de emprego e renda. Separar-se-á, convenientemente, as funções do rural e do agrícola, e dar-se-á ênfase ao desenvolvimento regional controlado, sob os efeitos da polarização e da proposta unificada de uma nova regionalização.

Assim, haveremos de superar a grave crise estrutural da interiorização do desenvolvimento, explorando as especificidades e as potencialidades regionais, e promovendo o fortalecimento da rede de cidades do Estado, atualizando e ampliando a infra-estrutura e valorizando as interações de natureza econômica e a melhoria da oferta de serviços públicos.

Os esforços de governo, traduzidos em ações concretas, serão permeados com o compromisso de melhorar a situação dos vulneráveis, dos desvalidos, dos excluídos do processo produtivo e das garantias dos mínimos sociais.

Nesse sentido, na área da assistência social, romperemos com o modelo assistencialista que perpetua a desigualdade e acentua as marcas da pobreza.

A forma de rompimento desse modelo assistencialista dar-se-á pela consolidação de uma nova política de assistência social, articulada com as demais políticas públicas estaduais e federais. Dentre as proposições de ações, está a de viabilizar a formação de consórcios intermunicipais para a implantação de redes de proteção social.

A promoção da equidade será temática deste Governo, que estará voltado para construir políticas públicas que visem à superação das desigualdades e promovam ações de enfrentamento quanto a gênero, raça e diversidade sexual.

No novo jeito de agir do Governo, teremos a criança e o jovem como prioridade absoluta inseridos numa cultura de paz.

Em relação à criança, ter-se-á um tratamento pautado na visão da transdisciplinaridade, na rede de serviços e na mudança de atitude para com esse público, focando no cuidado com o acolhimento das diferenças. Além disso, dentre outros, viabilizaremos a formação de consórcios intermunicipais de atendimento à infância.

A juventude será considerada público prioritário das políticas públicas estaduais, numa perspectiva transversal, integrada ao processo produtivo à rede de serviços públicos, em especial à de educação básica e profissional, científica e tecnológica, à de cultura, esporte e lazer, e aos programas de primeiro emprego.

As minorias étnicas e raciais, bem como as questões de gênero, como a mulher e o idoso, terão tratamento diferenciado, a fim de que possam estar em pé de igualdade com todos, vivendo sob uma convivência harmônica e de respeito.

Também o esporte, a prática da atividade física e o lazer orientarão esta nova Gestão de Governo, como indutores do desenvolvimento humano, da formação integral do cidadão, da melhoria da qualidade de vida e da solidariedade entre as pessoas e regiões do Estado.

O grande salto na área da cultura virá com a valorização dos saberes, fazeres e talentos do povo, firmando novas atitudes e um novo jeito de agir do Ceará, na perspectiva do diálogo entre a diversidade e identidade cultural dos locais e regiões do Ceará.

Por último, e não menos importante, será focado o meio ambiente, de modo a se construir uma sustentabilidade efetiva, incorporando o seu cuidado a todas as políticas públicas governamentais, realizando licenciamentos ambientais éticos e criteriosos, respeitando a dinâmica dos ecossistemas, os meios de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades locais.

No âmbito da gestão pública, estamos promovendo mudanças e adotando medidas indispensáveis ao ajuste administrativo do Estado a um perfil mais enxuto e mais eficiente, com o concomitante compromisso de valorização do servidor público e introdução de mecanismos concretos de participação, exercício da ética e da transparência.

Nesse contexto, faz-se mister medidas com vistas à extinção de alguns órgãos da Administração Direta, e a fusão de outros, cujas atividades serão desempenhadas com mais propriedade. Além do mais, buscaremos uma expressiva diminuição dos gastos de manutenção e custeio da máquina, o que juntamente com um esforço de captação de recursos e parcerias externas ao Estado, potencializarão recursos para investimentos em áreas críticas e estratégicas.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados:

Finalmente, após esta exposição, em linhas gerais, da proposta do meu Governo, quero reafirmar a confiança do voto do povo cearense dado àqueles que fazem este Poder Legislativo, ao tempo em que conclamo os ilustres representantes desta Casa Legislativa para iniciarmos uma jornada de trabalho em prol da construção de um novo Ceará, mais justo e mais equânime, em prol **do grande salto que o Ceará merece.**

Cid Ferreira Gomes
Governador do Estado do Ceará

SUMARIO

○ CEARÁ DE HOJE - 13

Institucional - 15

Orçamento Público Estadual - 15

O Ceará e a Economia - 18

○ CEARÁ EM PERSPECTIVA - 33

Cenário Mundial - 35

América Latina - Caribe e Brasil - 35

Ceará - 38

GESTÃO POR RESULTADOS EM 2006 - 39

PROPOSTAS PARA 2007 - 65



**Governo do Estado
do Ceará**

O Ceará de Hoje

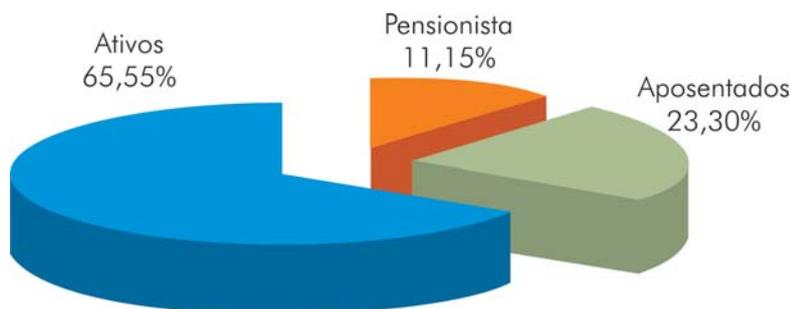
GOVERNO

Institucional

A estrutura organizacional do Governo Estadual corresponde a 56 órgãos, sendo 26 da administração direta e 30 da administração indireta.

O Governo, como um todo, conta com 133.829 servidores nas categorias de: ativos (87.721); aposentados (31.181) e pensionistas (14.927), correspondendo a uma folha de pagamento anual no valor de R\$ 3.089 milhões.

Servidores públicos por categoria – Ceará - 2006



Fonte: SEAD.

ORÇAMENTO PÚBLICO ESTADUAL

Orçamento Autorizado

Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2006, aprovado pela Lei nº. 3.725, de 29/12/05, fixou uma despesa inicial em R\$ 9.229,4 milhões, sendo do Tesouro R\$ 6.823,5 milhões e de Outras Fontes R\$ 2.405,9 milhões.

Em decorrência dos créditos adicionais abertos durante a execução orçamentária, o Orçamento do Estado passou para R\$ 10.875,7 milhões, representando, em termos relativos, um acréscimo total de 17,8% em relação ao orçamento inicial.

Quadro 1- Orçamento Fiscal/Seguridade - Acompanhamento da Execução Orçamentária - Orçamento Autorizado por Fonte - Posição até 31/12/2006

R\$ Milhões

FONTE	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	ORÇAMENTO FINAL	ACRÉSCIMO %
Tesouro	6.823,5	992,6	7.816,1	14,5%
Outras Fontes	2.405,9	653,8	3.059,6	27,2%
TOTAL	9.229,4	1.646,3	10.875,7	17,8%

Fonte: SEPLAN/SIOF.

(1) Dados preliminares sujeitos a confirmação no Balanço Geral do Estado.

(2) Na Fonte Tesouro, está incluído o crédito adicional no valor de R\$ 398.894.437,57 referente ao pagamento do financiamento da operação de federalização do BEC.

(3) Nas Outras Fontes, está incluído o crédito adicional no valor de R\$ 134.344.949,13 referente à operação de federalização do BEC.

Execução Orçamentária

A despesa total realizada em 2006 alcançou o montante de R\$ 8.844,2 milhões, representando 81,3% da despesa autorizada (Lei + Créditos Adicionais). Segundo as fontes de Recursos, o Tesouro realizou 95,9% da despesa autorizada, enquanto as Outras Fontes atingiram 44,1%.

Vale destacar que foram realizados apenas 34,7% dos recursos provenientes de Outras Fontes previstos para Despesas de Capital. O motivo desse baixo desempenho foi decorrente por um lado, de uma majoração na estimativa da previsão orçamentária, e de outro lado, de uma frustração do repasse das fontes financiadoras, principalmente dos convênios de órgãos federais e das operações de créditos.

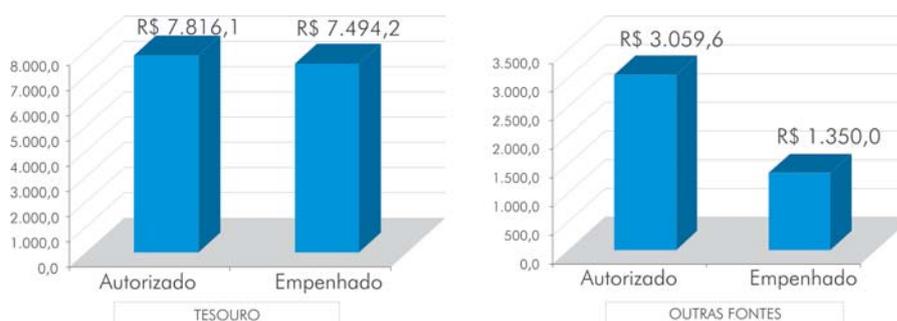
Quadro 2 - Orçamento Fiscal/Seguridade - Acompanhamento da Execução Orçamentária - Despesa Empenhada por Fonte e Grupo de Despesa - Posição até 31/12/2006

R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	TESOURO				OUTRAS FONTES				TOTAL			
	LEI	LEI+CREDE	EMP.	%	LEI	LEI+CREDE	EMP.	%	LEI	LEI+CREDE	EMP.	%
DESPEZA CORRENTE	5.902,5	6.271,3	6.035,3	96,2%	966,4	1.053,7	653,9	62,1%	6.868,8	7.325,0	6.689,1	91,3%
- Pessoal e Encargos Sociais	3.119,3	3.159,4	3.086,0	97,7%	85,6	92,2	53,7	58,2%	3.204,9	3.251,7	3.139,7	96,6%
- Juros e Encargos da Dívida	289,0	253,1	229,2	90,6%					289,0	253,1	229,2	90,6%
- Outras Despesas Correntes	2.494,2	2.858,7	2.720,0	95,1%	880,8	961,5	600,2	62,4%	3.374,9	3.820,2	3.320,2	86,9%
Custeio de Manutenção	355,9	399,6	364,0	91,1%	125,8	156,1	118,6	76,0%	481,7	555,7	482,7	86,9%
Custeio Finalístico	659,2	811,7	746,3	92,0%	755,0	805,4	481,5	59,8%	1.414,2	1.617,0	1.227,9	75,9%
FUNDEF - Municípios	511,0	635,0	624,2	98,3%					511,0	635,0	624,2	98,3%
Transferências a Municípios	968,0	1.012,4	985,5	97,3%					968,0	1.012,4	985,5	97,3%
DESPEZA DE CAPITAL	921,1	1.544,9	1.459,0	94,4%	1.439,5	2.005,9	696,1	34,7%	2.360,6	3.550,8	2.155,1	60,7%
- Investimentos	372,0	580,7	504,9	86,9%	1.393,8	1.975,5	695,2	35,2%	1.765,8	2.556,2	1.200,1	46,9%
- Inversão	99,6	146,0	145,5	99,7%	45,2	29,9	0,9	3,0%	144,8	175,9	146,4	83,2%
- Amortização da Dívida	449,4	818,2	808,6	98,8%	0,5	0,5			449,9	818,7	808,6	98,8%
TOTAL	6.823,5	7.816,1	7.494,2	95,9%	2.405,9	3.059,6	1.350,0	44,1%	9.229,4	10.875,7	8.844,2	81,3%

Fonte: SEPLAN/SIOF

(1) Dados preliminares sujeitos a confirmação no Balanço Geral do Estado.



Despesa Por Região

O Governo do Estado, com o intuito de promover um maior equilíbrio territorial e, conseqüentemente, melhorar a distribuição regional de emprego, renda e inclusão social, aumentou a alocação de recursos no interior do Estado (investimentos) em 2006, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Observa-se que entre 2005/2006 a aplicação total de investimentos aumentou 121,1%, sendo R\$ 219,3 milhões, cerca de 17,8 % do volume total destinados à Região Metropolitana de Fortaleza, enquanto a maior parte (69,9%) foi destinada ao interior do Estado.

Quadro 3 - Orçamento Fiscal/Seguridade - Acompanhamento da Execução Orçamentária - Regionalização dos Investimentos ⁽¹⁾ – RMF e Interior - Comparativo 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	Execução 2005	%	Execução 2006	%	R\$ milhões
					Var. % 2006/2005
- RMF	140,7	25,3%	219,3	17,8%	55,9%
- INTERIOR	344,4	61,9%	859,9	69,9%	149,7%
- Não Regionalizado	70,92	12,8%	150,09	12,2%	111,6%
TOTAL ^{(2) (3)}	556,02	100,0%	1.229,28	100,0%	121,1%

Fonte: SEPLAN/SIOF

(1) Dados preliminares sujeitos a confirmação no Balanço Geral do Estado.

(2) Em 2006, houve um elevado investimento no interior, referente ao Eixão, no valor de R\$ 345,6 milhões.

(3) No investimento não regionalizado, está incluído o valor de R\$ 117.216.349,15 referente à operação de federalização do BEC para formação de reserva para possíveis passivos contingentes.

O CEARÁ E A ECONOMIA

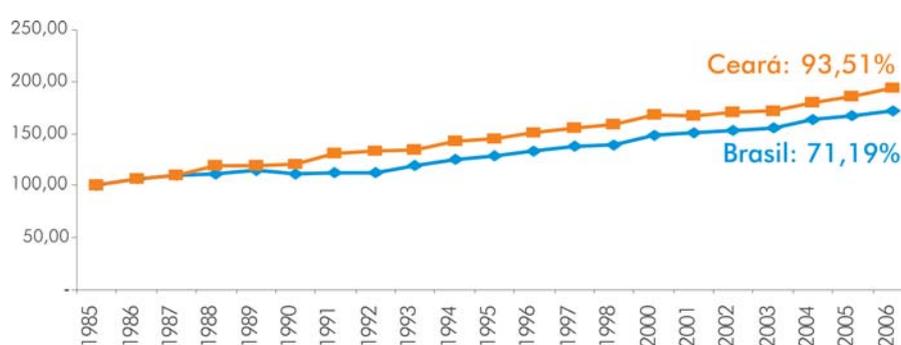
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Estado do Ceará, responde pela 3ª economia da Região Nordeste e pela 14ª em relação ao Brasil. Segundo os dados oficiais disponíveis nas Contas Regionais do Brasil/IBGE-2004, o Ceará ampliou a participação de seu PIB na economia brasileira, passando de 1,8% (2003) para 1,9% (2004). Seu PIB Per Capita, no mesmo período, passou da 23ª posição (2003) para 22ª em 2004. O Estado

tem como sustentáculo de sua economia as atividades ligadas aos Serviços (58,65%), a Indústria (36,31%) e, com menor participação, a Agropecuária (5,04%).

Numa série histórica, de 1985 a 2006, a economia cearense tem alcançado taxas de crescimento acima das taxas brasileiras, acumulando uma variação de 93,51%, com uma média anual de 3,36%, contra um crescimento acumulado do país de 71,19%, com uma média anual de 2,72%, gráfico a seguir.

Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) - Ceará e Brasil-1985-2006 (*)



Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Os dados de 2005 e 2006 são preliminares e podem sofrer alterações.

À distribuição espacial da economia cearense ainda é muito concentrada em sua Capital, como pode ser visto na Tabela 1. Mas já se vislumbra muitos municípios localizados fora do entorno da Região Metropolitana de Fortaleza, com ganhos de participação na economia global do Estado, a exemplos de Sobral (passou de 3,63%/2003 para 3,73%/2004) e Aracati (passou de 0,77%/2003 para 0,90%/2004). Vale salientar que a pujança da

economia de Fortaleza tem destacado o município, por dois anos consecutivos, como a primeira economia entre as nove capitais nordestinas, superando Recife e Salvador. Em nível nacional, comparando as capitais entre os anos de 2003 e de 2004, Fortaleza passou a ocupar a oitava posição no País. Vale lembrar, ainda, que a Capital cearense aumentou sua participação, no PIB Brasileiro, de 0,81%, em 2003, para 0,89% em 2004.

Tabela 1 – Quinze municípios com maiores Produto Interno Bruto (PIB)

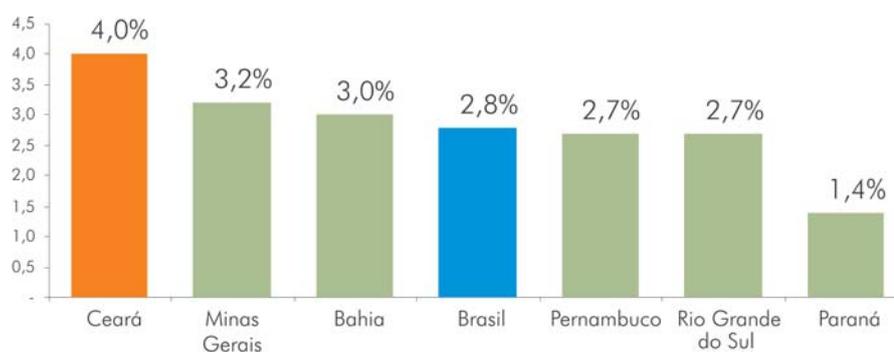
Municípios Selecionados	PIB pm 2003	PIB Per Capita 2003	Part. (%) no PIB CE	PIB pm 2004	PIB Per Capita 2004	Part. (%) no PIB CE
Fortaleza	12.611.857	5.506	44,37	15.797.377	6.772	47,50
Maracanaú	1.813.163	9.605	6,38	2.026.388	10.592	6,09
Sobral	1.031.698	6.200	3,63	1.237.230	7.298	3,72
Caucaia	844.033	2.965	2,97	982.866	3.340	2,96
Juazeiro do Norte	615.998	2.707	2,17	718.884	3.100	2,16
Eusébio	472.110	13.137	1,66	567.860	15.269	1,71
Horizonte	400.387	10.011	1,41	466.616	11.177	1,40
Aquiraz	288.403	4.361	1,01	388.273	5.732	1,17
Maranguape	309.111	3.264	1,09	378.806	3.923	1,14
Crato	294.723	2.672	1,04	343.642	3.071	1,03
Aracati	220.280	3.376	0,77	298.185	4.492	0,90
Pacajus	310.174	6.333	1,09	297.314	5.903	0,89
Cascavel	280.797	4.604	0,99	294.391	4.742	0,89
Itapipoca	249.063	2.461	0,88	287.330	2.786	0,86
Russas	209.609	3.401	0,74	238.774	3.800	0,72
Subtotal	19.951.407	5.192	70,19	24.323.936	6.329	73,13
Ceará	28.425.175	3.618	100,00	33.260.672	458.090	100,00

Fonte: IPECE e IBGE.

Em análise mais recente, em 2006, está previsto um crescimento da economia cearense próximo de 4%, segundo o IPECE, taxa

superior às previstas para o Brasil e para alguns estados selecionados, de acordo com a disponibilidade das informações, gráfico a seguir.

Taxa de crescimento (%) do PIB – Brasil e Estados Selecionado – 2005/2006 (*)



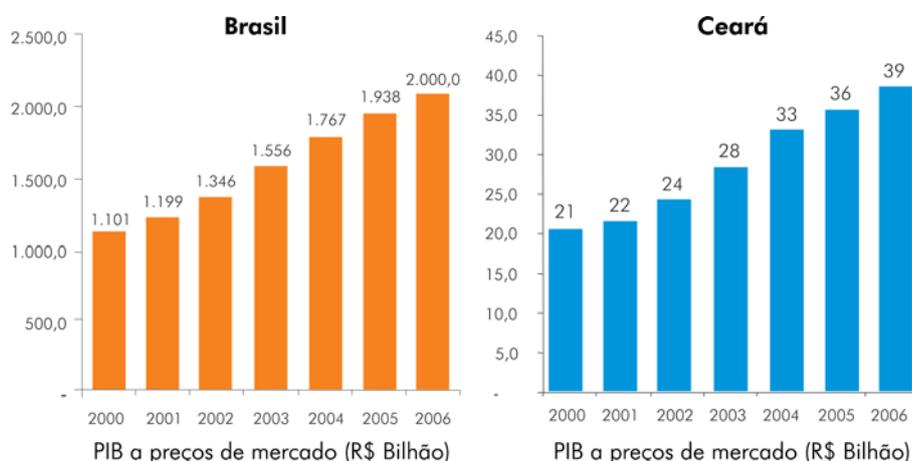
Fonte: IBGE-BR, IPECE-CE, FJP-MG, IPARDES-PR, CONDEPE-FIDEM-PE, FEE-RS e SEI-BA.

(*) Dados preliminares e podem sofrer alterações.

O PIB Estadual, em valor, deve alcançar a soma de R\$ 38,54 bilhões em 2006 e, para

o Brasil, a estimativa é de que a riqueza gerada fique em torno de R\$ 2,0 trilhões, gráfico a seguir.

Valor corrente do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Brasil e Ceará - 2000-2006



Fonte: Brasil-2000-2005/IBGE e 2006/IPEA; Ceará/IPECE.
(*) Dados preliminares e podem sofrer alterações.

Assim, as taxas do PIB trimestral, de janeiro a setembro/2006, mostram que a economia cearense já acumulou uma variação positiva de 4,22%, em relação ao mesmo período de

2005 e o país acumulou uma taxa de 2,5%. Este resultado contribuiu para a taxa acumulada nos últimos doze meses, de 3,83% para o Ceará e 2,3% para o Brasil (Tabela 2).

Tabela 2 – Taxas de crescimento (%) do PIB Trimestral – Brasil e Ceará – Janeiro a Setembro/2006

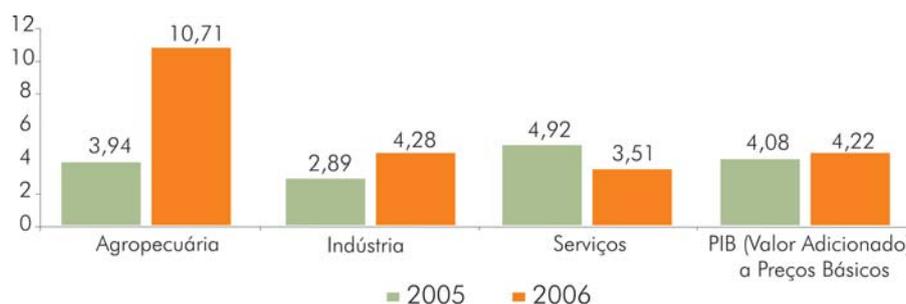
Indicadores Selecionados	Brasil	Ceará
1. Acumulado ao longo do ano/mesmo período do ano anterior	2,5	4,22
2. Últimos quatro trimestres/quatro trimestres imediatamente anterior	2,3	3,83
3. Trimestres/mesmo trimestre do ano anterior	3,1	4,82

Fonte: IBGE e IPECE.

O resultado obtido pela economia estadual, até setembro/2006, foi influenciado pelos desempenhos dos três setores da economia

cearense: Agropecuária (10,71%); Indústria (4,28%); e Serviços (3,51%), gráfico a seguir.

Taxa de crescimento (%) do Valor adicionado a preços básicos – Ceará - Janeiro-Setembro/2005-2006



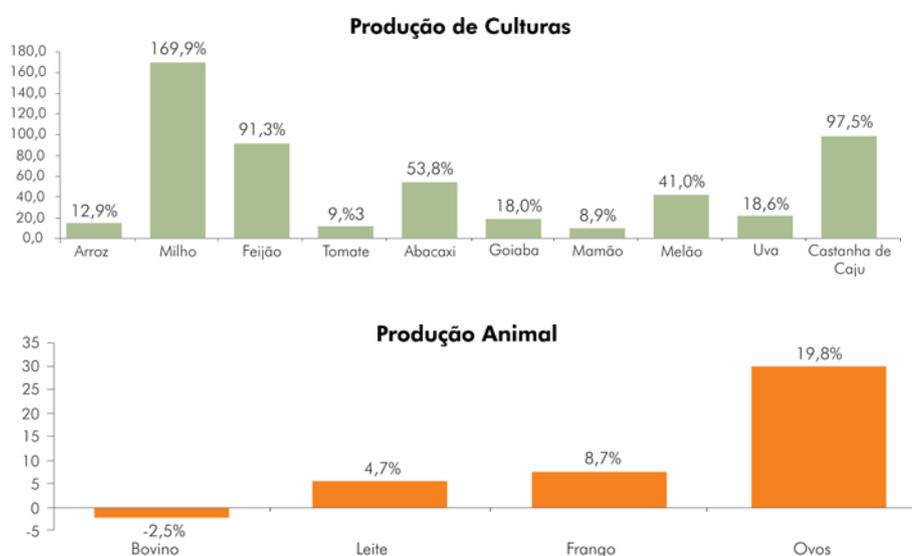
Fonte: IPECE.

Embora com uma participação menor (5,04%), a Agropecuária do Ceará tem experimentado resultados satisfatórios. Só nos anos 2000, já foram registradas duas safras recordes de grãos, em 2003 e em 2006, apesar dos efeitos cíclicos de irregularidade climática, afetando, sobremaneira, a produção das tradicionais culturas de sequeiro, incluindo-se o milho, feijão, arroz e a mandioca. Estes resultados estão amparados em novas tecnologias adaptadas à realidade do semi-árido cearense, o que tem proporcionado uma redução nas perdas agrícolas, além de sementes selecionadas, distribuídas aos agricultores cearenses. Vale lembrar também a implantação de agropólos que tem

dinamizado as economias das regiões beneficiadas, por meio do agronegócio.

Assim, o PIB da agropecuária registrou, de janeiro a setembro/2006, um acréscimo de 10,71% sobre igual período de 2005. Esse comportamento é explicado, em parte, pelo aumento de 115,72% na produção de grãos, que, segundo o IBGE, a safra de 2006 é mais um recorde, com uma produção de 1,146 milhão de toneladas, maior do que a safra recorde de 2003 (1,086 milhão de toneladas). Na produção animal, citam-se o Programa Leite é Saúde e o Projeto de defesa animal, que estão dando mais sustentabilidade aos rebanhos cearenses.

Evolução da produção animal e das lavouras – Ceará – 2006 (*)



Fonte: IBGE.

(*) Dados da produção de cultura são estimativas de dezembro de 2006; Os dados da produção animal estão acumulados até setembro de 2006.

A Indústria, composta da Transformação, Construção Civil, Extrativa Mineral e Eletricidade, Gás e Água, é o segundo setor em contribuição para formação do PIB Estadual, cresceu 5,38%, no terceiro trimestre/2006, relativamente ao terceiro trimestre/

2005 e acumulou uma taxa de 4,28%, de janeiro a setembro/2006 sobre o mesmo período de 2005. Para esse desempenho contribuíram as indústrias da Construção Civil (10,20%) e da Transformação (3,55%).

Tabela 3 – Evolução do PIB da indústria por segmentos – Ceará – Trimestres e Acumulado de Janeiro-Setembro/2006

Atividades	Trim.I/2006	Trim.II/2006	Trim.III/2006	Jan.-Set./2006
Extrativa Mineral	-16,41	-11,6	-18,96	-15,19
Transformação	8,49	0,19	2,71	3,55
Construção	7,24	9,88	13,36	10,2
Eletricidade, Gás e Água	-4,81	-5	0,45	-3,08
Total	5,42	2,10	5,38	4,28

Fonte: IPECE.

O desempenho da Construção Civil teve seu crescimento atrelado à redução da taxa Selic, maior disponibilidade de recursos para financiar a aquisição de imóveis à população, a recuperação na renda pessoal que influenciam positivamente as pequenas construções e reformas em residências, que têm peso no segmento, além do aumento das obras públicas.

A atividade de Eletricidade, Gás e Água, praticamente, estabilizou seu desempenho, com uma taxa de 0,45% no trimestre em evidência. No entanto, no acumulado do ano, o segmento registrou uma taxa negativa de 3,08%, em função dos dois primeiros trimestres do ano haver registrado taxas negativas de, respectivamente, 4,81% e 5,00%.

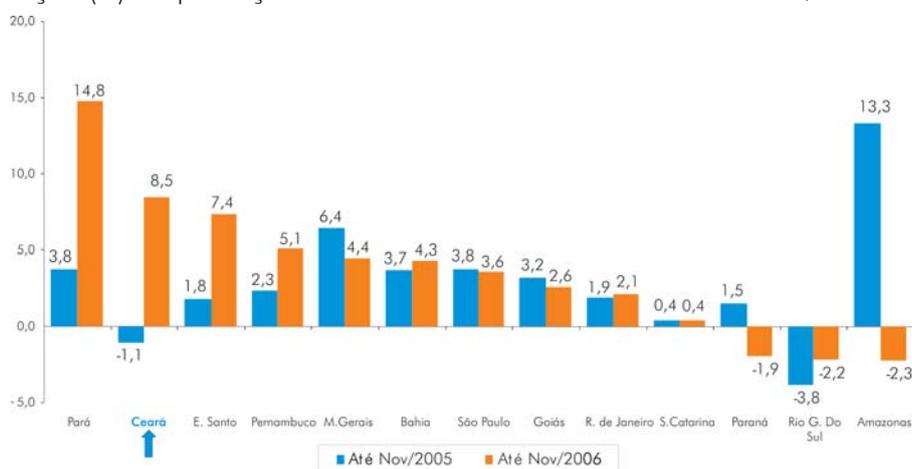
A indústria Extrativa Mineral apresentou queda, ao longo de 2006, fechando o acumulado no ano, janeiro a setembro, com uma taxa de -15,19% (Tabela 3). A produção de petróleo

continuou em declínio e acumulou no ano uma taxa de -16,85% sobre 2005, bem como houve decréscimo na produção de gás natural (-9,96%), o que prejudicou o desempenho da Extrativa Mineral.

A Indústria de Transformação teve suas atividades impulsionadas pelas ampliações nas produções das industriais de produtos alimentares e bebidas; têxtil; calçados e artigos de couros; e produtos químicos.

Corroborando isso, a produção física da indústria de Transformação, medida pelo IBGE, pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), mostra que o Ceará obteve, até novembro/2006, a segunda maior taxa de crescimento (8,5%), perdendo somente para o Pará (14,8%). No Nordeste destacou-se com a maior variação positiva, para os estados pesquisados, conforme gráfico a seguir.

Evolução (%) da produção industrial – Brasil – Janeiro a Novembro/ 2005-2006



Fonte: IBGE.

Pelo lado dos Serviços, todos os segmentos que compõem o setor registraram taxas positivas no PIB, como mostra a Tabela 4. A maior taxa de crescimento coube ao Comércio, que no

terceiro trimestre/2006 cresceu 10,55% sobre o mesmo trimestre/2005, e acumulou, até setembro/2006, uma taxa de 7,64%.

Tabela 4 – Taxas do PIB Serviços por segmentos – Ceará – Trimestre e Acumulado/2006

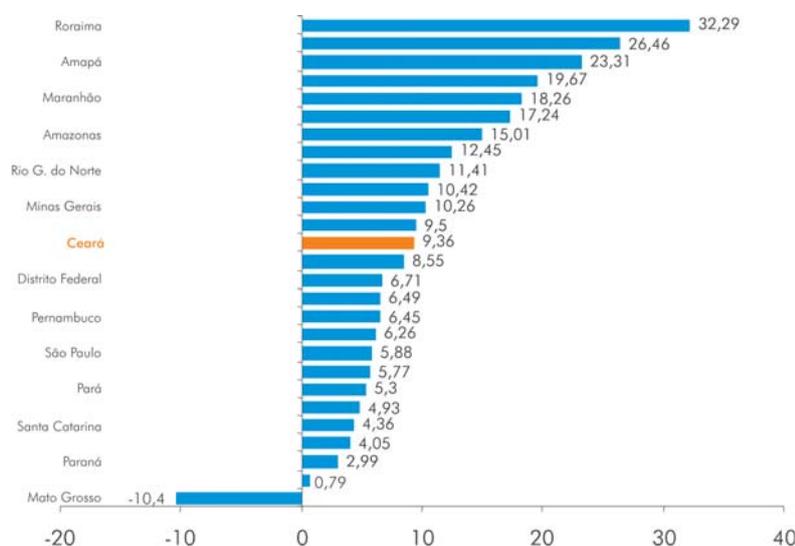
Atividades	Trim.I/2006	Trim.II/2006	Trim.III/2006	Jan.-Set./2006
Comércio	8,13	4,06	10,55	7,64
Alojamento e Alimentação	1,02	3,13	2,24	2,1
Transportes	11,58	13,59	-0,79	7,62
Comunicação	1,56	1,56	1,56	1,56
Instituições Financeiras	4,79	3,52	4,82	4,22
Aluguel	3,73	2,98	3,56	3,42
Administração Pública	1,56	1,56	1,56	1,56
Outros Serviços	3,29	2,01	3,46	2,92
Serviços	3,84	3,04	4,40	3,51

Fonte: IPECE.

O destaque do Comércio coube ao segmento varejista que tem sido importante para o resultado da economia em 2006. Seu volume de vendas, de janeiro a novembro/2006 sobre o mesmo período de 2005, já acumulou uma taxa de 9,36%, o que coloca o Ceará no rol dos 15 estados brasileiros com maiores taxas de variação das vendas varejistas, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) realizada em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gráfico a seguir.

Os resultados do comércio varejista cearense foram ancorados no aumento das vendas de móveis e eletrodomésticos (27,44%); artigos farmacêuticos e médicos (11,67%); vestuário, tecidos, calçados (7,79%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,75%); além de equipamentos de escritório e informática (73,22%). De acordo com essas informações o crescimento do segmento varejista do Ceará tem tido um movimento positivo baseado na recuperação do poder de compra dos salários, na facilidade de acesso e disponibilidade de linhas de créditos.

Evolução do volume de vendas varejistas – Brasil – Janeiro-Novembro/2006

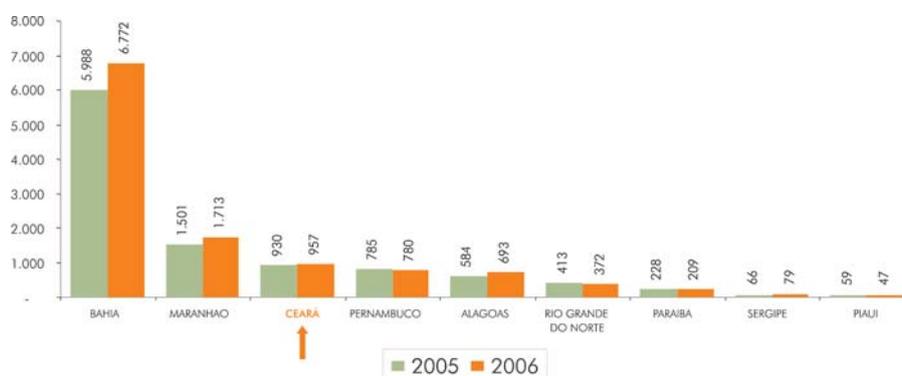


Fonte: IBGE.

Referindo-se ao comércio externo, o fluxo do comércio internacional, que sintetiza o somatório de todas as transações com as exportações e as importações, em 2006, ultrapassou os US\$ 2,00 bilhões, graças à diversidade da pauta de produtos exportados e de conquista de novos mercados. As frutas e flores são destaques na pauta dos novos

produtos destinados a exportações, em que o Estado tem se posicionado entre os principais exportadores brasileiros. Saliente-se que, em 2006, foram exportados 637 produtos para 140 países. No ranking dos estados exportadores, o Ceará detém a 15ª colocação, em nível nacional e a 3ª posição dentro do Nordeste, em 2006, gráfico a seguir.

Evolução das exportações cearenses – Nordeste – 2005-2006 (*)



Fonte: SECEX/MDIC.
(*) US\$ milhão/FOB.

As exportações cearenses continuaram, ao longo de 2006, com resultados positivos, que vinham sendo registrados desde 2003. No entanto, a meta de alcançar US\$ 1,0 bilhão, neste ano, foi mais uma vez adiada, tendo em vista que em 2006, o Estado exportou o valor de US\$ 957,04 milhões, representando um aumento de apenas 2,86% sobre o ano de 2005 (US\$ 930,45 milhões).

Basicamente, dois fatores dificultaram o Estado a atingir a meta de US\$ 1,00 bilhão, buscada há mais de dois anos: a desvalorização cambial e a concorrência externa. Pode-se citar que além dos calçados e do camarão, o segmento mais afetado pelos reflexos desses eventos foi o têxtil, que enfrentou forte concorrência de países como a China e a Índia.

Mesmo diante das dificuldades, as vendas externas cearenses têm sido sustentadas

pelas exportações dos produtos industrializados (semimanufaturados e manufaturados), que representam em torno de 70% das exportações cearenses. Destacando-se como os principais: calçados (US\$ 237,34 milhões), amêndoas da castanha de caju (US\$ 136,16 milhões), couros e peles (US\$ 131,33 milhões), têxtil (US\$ 123,29 milhões), camarões (US\$ 51,24 milhões) e frutas (US\$ 49,45 milhões).

Um fato que merece destaque, em 2006, refere-se a uma melhora na distribuição da receita oriunda das exportações, apesar de ainda muito concentrada na Capital, os dados das exportações municipais mostram que além de Fortaleza, mais oito municípios ampliaram suas participações no valor total exportado pelo Ceará, em 2006 sobre o ano de 2005. Esses municípios situam-se fora da Região Metropolitana de Fortaleza, como mostra a Tabela 5, sugerindo uma desconcentração espacial das exportações.

O apoio do Governo do Estado, que nos três últimos anos, tem incentivado o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo nos agropolos de fruticultura e floricultura, foi fundamental para a ampliação dos negócios e, ao mesmo tempo, despertar o interesse de muitos empresários pelo mercado externo. No

caso de Quixeré, as exportações de melão (US\$ 20,91 milhões) corresponderam a 85% do valor total exportado pelo município, seguida das exportações de melancia, com 14,9% de participação. As exportações de melão e melancia cresceram, de 2005 para 2006, 15% e 159%, respectivamente.

Tabela 5 – Exportações dos municípios selecionados – Ceará – 2006

Municípios Selecionados	Part . % 2005	Part . % 2006
Fortaleza	24,66	25,17
Maracanaú	20,47	20,01
Cascavel	13,35	12,02
Sobral	6,45	7,74
Itapagé	3,94	4,84
Aracati	5,04	4,27
Horizonte	3,64	3,67
Quixeramobim	2,32	2,83
Quixeré	2,11	2,47
Caucaia	2,33	1,81
Juazeiro do Norte	0,13	1,79
Uruburetama	3,82	1,71
Camocim	2,27	1,54
Itarema	0,79	1,30
Limoeiro do Norte	0,51	1,09
Subtotal	91,83	92,26

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

No que se refere ao destino das exportações cearenses, em 2006, os Estados Unidos continuam liderando a demanda pelos produtos cearenses. Em 2006, os EUA compraram cerca de US\$ 283,40 milhões, pouco mais que as compras realizadas, em 2005 (US\$ 281,91 milhões), o que representou cerca de 30% das exportações totais do Ceará.

Quanto às importações, os cinco primeiros produtos da pauta dos importados, em 2006, ampliaram suas participações, passando de 73,14 em 2005, para 81,40%, em 2006, sendo que os combustíveis ganharam mais participações, como mostra a Tabela 6. Os países que mais venderam ao Ceará em 2006 foram: os Emirados Árabes (US\$ 200,00 milhões), a Índia (US\$ 173,41 milhões); e a Argentina (US\$ 129,10 milhões).

Tabela 6 – Importações de produtos selecionados (*) – Ceará –2005-2006

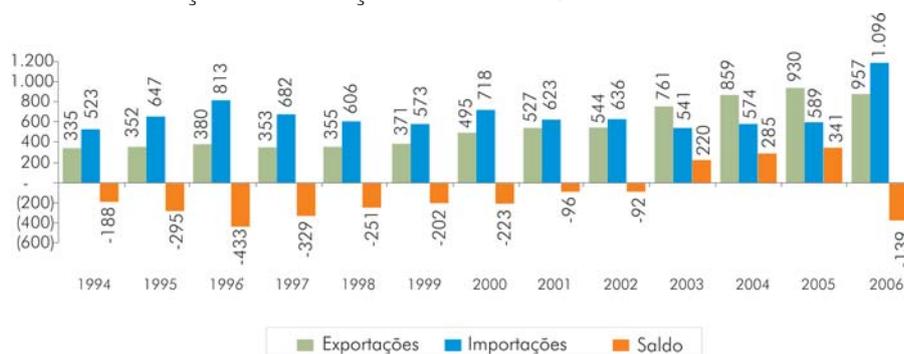
Produtos Selecionados	2005		2006		Var. % 2005/2006
	Importações	Part. %	Importações	Part. %	
Combustíveis	154.615.896	26,26	481.436.112	43,90	211,37
Produtos metalúrgicos	97.859.045	16,62	169.808.729	15,48	73,52
Têxtil	49.783.013	8,45	81.843.174	7,46	64,40
Trigo	66.898.920	11,36	98.799.960	9,01	47,69
Produtos químicos	54.381.116	9,23	49.437.749	4,51	-9,09
Maquinas, aparelhos e mat. elétrico	43.088.346	7,32	36.582.948	3,34	-15,10
Demais itens	122.267.581	20,76	178.806.206	16,30	46,24
Ceará	588.894.917	100,00	1.096.714.878	100,00	86,23

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,0/FOB.

A partir de agosto os valores das importações ultrapassaram os das exportações, ao ponto de, no acumulado de 2006, superarem o valor de US\$ 1,0 bilhão, fazendo com que a balança

comercial cearense voltasse a ser deficitária (US\$ 139,67 milhões), após três anos de resultados positivos, gráfico a seguir.

Evolução da balança comercial – Ceará – 2005-2006



Com relação ao turismo, Fortaleza destacou-se, no período 2003/2005, como a capital brasileira mais procurada como destino turístico pelos turistas nacionais, em período de alta estação (julho), segunda a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV). Apesar da concentração de turistas em Fortaleza, de 1998/2005, 51% dos turistas visitaram outras localidades do Estado, com preferências para o litoral (87,2%), sertão (9,3%) e serras (3,5%). Neste contexto, é esperado que, em 2006, visitem o Ceará, via Fortaleza, pouco mais de 2 milhões de pessoas, segundo estimativa da

SETUR. Outros indicadores turísticos estão expostos na Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução de indicadores turísticos – Ceará – Janeiro-Novembro/2005-2006

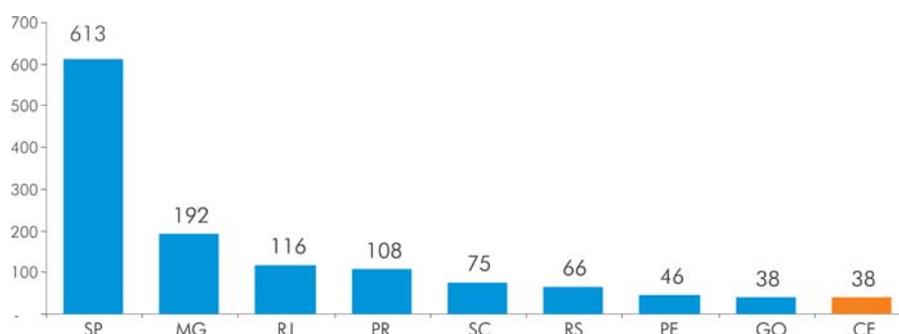
Indicadores Selecionados	Jan.-Nov./2006 (%)
Demanda Turística	5,80
Demanda Hoteleira	4,40
Oferta Hoteleira	3,00
Média de Hóspede p/estabelecimento	5,40
Taxa de Ocupação	57,50
Passageiros desembarcados	23,00
Internacional	6,50
Nacional	24,80

Fonte: SETUR-CE.

O ritmo de crescimento da economia cearense tem determinado uma expansão no mercado de trabalho formal. Assim, de 1999 a novembro de 2006, já acumulou, um saldo líquido (admitidos menos desligados) de 189.812 novos postos de trabalho. A Indústria, o Comércio e os Serviços foram os maiores

criadores de empregos formais no Ceará, em 2006. Esses resultados colocaram o Ceará na segunda posição, entre os estados nordestinos, com maior saldo líquido de empregos formais (37.538 novas vagas), perdendo apenas para Pernambuco (46.104 novas vagas). Em nível de país, o Ceará ficou na nona colocação, como mostra o gráfico a seguir.

Saldo líquido do emprego formal – Estados Seleccionados – Janeiro-Novembro/2006



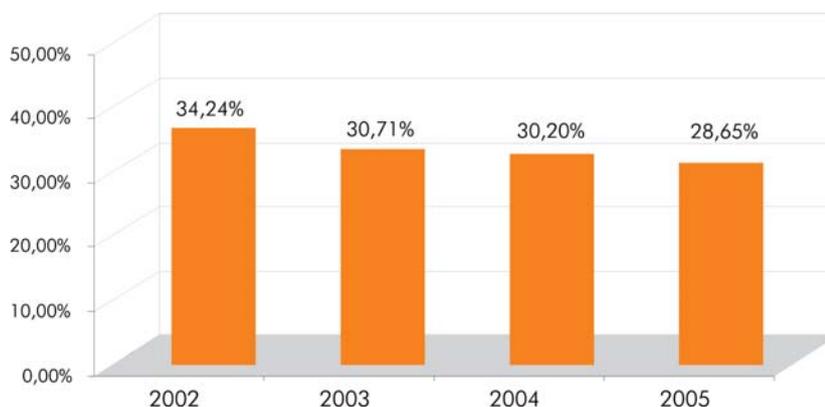
Fonte: CAGED/MTE.

Os bons resultados na geração de postos de trabalho não foram repetidos no indicador que procura medir a sua qualidade, o que é dado pelo percentual dos empregos formais que auferem rendimentos mensais até dois salários mínimos. Observa-se, de acordo com o gráfico seguinte, que esse percentual obteve uma taxa de crescimento negativo de 16,3%, no período de 2002 a 2005. Esse resultado não satisfatório pode estar ligado a aumentos em termos reais

no salário mínimo, registrados nos últimos anos, pois existe uma relação inversa entre o mínimo real, de um lado, e a taxa de desemprego e de informalidade, do outro. Dessa forma, os aumentos do salário mínimo tendem a deteriorar o nível e a qualidade do emprego.

Daí crescerem a importância de projetos como a siderúrgica e os grandes resorts turísticos, dadas suas capacidades de geração de emprego de melhor qualidade.

Percentual da população empregada com rendimento acima de dois salários mínimos – Ceará – 2002 a 2005.



Fonte: CAGED/MTE.

Quanto ao nível de desemprego no Estado, ainda é considerado alto, tendo em vista a taxa de população desocupada de 7,83% (IBGE/PNAD-2005), o que se torna um grande desafio para o atual governo inserir vasta camada da população produtiva cearense no mercado de trabalho.

O Ceará tem seguido o mesmo ritmo do país, no que se refere à estabilização dos preços. Em 2006, Fortaleza obteve a segunda menor taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional

de Preços ao Consumidor, que abrange a camada da população com renda de 1 a 6 salários mínimos/IBGE, uma taxa de 1,9%. De acordo com o Índice de Preços ao consumidor Amplo, índice oficial que mede a inflação do país, referente à parte da população com renda de 1 a 40 salários mínimos, Fortaleza registrou a terceira menor taxa, das capitais pesquisadas pelo IBGE, 2,6% (Tabela 8). Pelo DIEESE, Fortaleza obteve uma das menores variações da cesta básica (-0,09%) e a segunda menor, em valor (R\$ 132,92).

Tabela 8 – Taxa de inflação – Brasil - 2006

Capitais	INPC -2006 (%)	Capitais	IPCA -2006 (%)
Brasília - DF	4,8	Belo Horizonte	5,0
Belo Horizonte	4,6	Brasília - DF	4,2
Rio de Janeiro	3,7	Rio de Janeiro	4,0
São Paulo	2,7	Salvador	3,2
Belém	2,7	Belém	3,2
Salvador	2,6	Recife	2,9
Recife	2,4	Porto Alegre	2,7
Porto Alegre	2,3	São Paulo	2,6
Goiânia - GO	2,1	Fortaleza	2,6
Fortaleza	1,9	Goiânia - GO	2,6
Curitiba	1,8	Curitiba	2,5

OS DESAFIOS DO SOCIAL

Apesar dos avanços de sua economia os desafios sociais do Estado ainda são grandes e complexos. Em face dessa realidade, há muito a se fazer para que os seus indicadores sociais alcancem níveis satisfatórios. E, o primeiro passo para reverter essa situação adversa é conhecer os patamares em que esses indicadores se encontram, visando fornecer

subsídios para que as intervenções efetuadas pelo Governo sejam mais efetivas.

Nessa lógica, estão destacados nos Quadros 1 e 2 os principais indicadores sociais que colocaram o Ceará, em 2005, em melhores posições e piores no ranking nacional.

No Quadro 1 estão expostos oito indicadores que mudaram de posição no período 2002/2005.

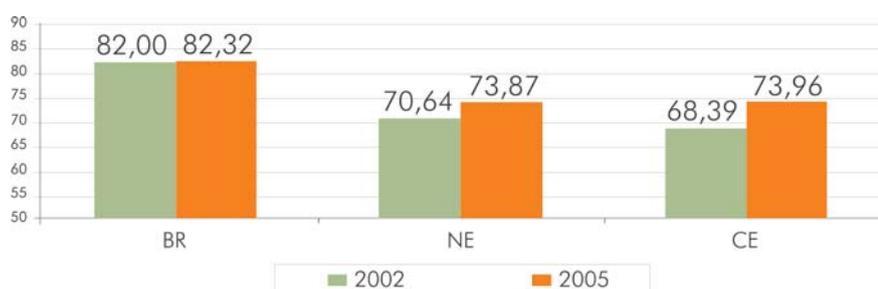
Quadro 1 – Indicadores sociais selecionados – Ceará – 2002/2005

Indicadores Selecionados	2002	2005
Proporção de domicílios à rede geral de abastecimento de água	19°	18°
Proporção de domicílios com acesso à rede coleta de esgoto	13°	12°
Proporção de domicílios com lixo coletado	22°	20°
Esperança de vida ao nascer	22°	21°
Percentual da população adulta com pelo menos 2º grau completo	23°	22°
Percentual da população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos o 1º grau completo	21°	20°
Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com nível superior completo	19°	18°
Proporção da população ocupada sem rendimento	21°	20°

A análise dos indicadores proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos e proporção de domicílios com lixo coletado, mostra que nesses casos, o Ceará

foi capaz de avançar mais que a média brasileira durante o período 2002/2005. No Gráfico seguinte ressalta-se a proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água no Brasil, Nordeste e Ceará.

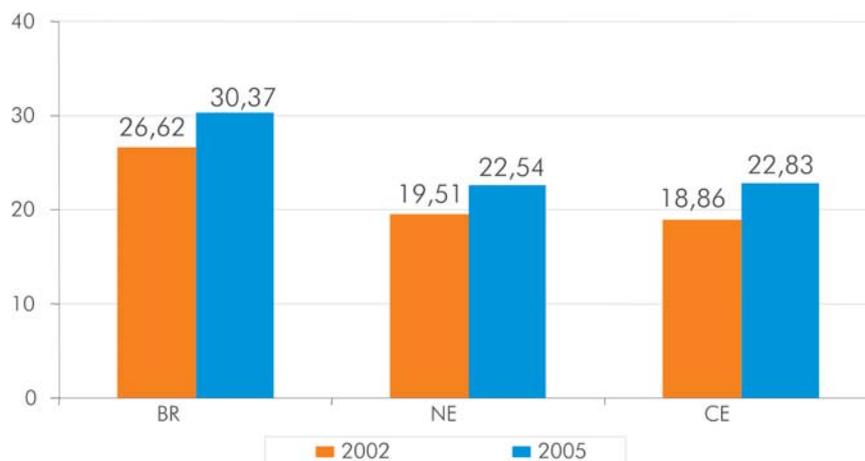
Proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002/2005



No caso da escolaridade de adultos, o Ceará avançou no que diz respeito ao percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo, ao percentual da população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos o 1º

grau completo, e ao percentual da população de 25 anos ou mais de idade com nível superior completo. Esses resultados fizeram o Ceará apresentar uma performance maior que a média nacional, no período, e ganhasse uma posição no ranking de cada um deles.

Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002/2005



Fonte: IBGE.

No indicador porcentagem da população ocupada sem rendimentos verificou-se uma alta, no período analisado, o que se configura como uma piora das condições. Apesar disso, o Estado melhorou uma posição no ranking, indicando que outros estados devem ter apresentado performances ainda mais desfavoráveis.

Quadro 2 – Indicadores sociais selecionados – Ceará – 2002/2005

Indicadores Selecionados	2002
Proporção dos nascidos vivos de mães adolescentes com idade entre 15 a 19 anos	7º
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	22º
Taxa de analfabetismo funcional em adultos	22º
Escolaridade média de adultos (os anos de estudo)	22º
Porcentagem da população ocupada com rendimentos de 2 salários mínimos ou mais	23º
Razão entre os rendimentos dos 10º mais ricos e os 40º mais pobres da população	20º
Porcentagem de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	23º
Taxa de homicídios dolosos por 100.000 habitantes	10º
Taxa de roubos por 100.000 habitantes	2º
Taxa de furtos por 100.000 habitantes	1º
Taxa de extorsões mediante seqüestro por 100.000 habitantes	5º

Fonte: IBGE.

No caso da proporção dos nascidos vivos de mães adolescentes, apesar do indicador do Ceará estar muito próximo ao do Brasil, ele cresceu 4,33% no período 2002/2005 enquanto a média brasileira decaiu. A consequência disto foi à perda de posição relativa do Estado, passando do 7º para o 10º lugar.

Constata-se que o Estado reduziu a taxa de analfabetismo no período, menos que as médias brasileira e nordestina, perdendo uma posição relativa e ainda apresentando uma das

maiores taxas do país. No caso da taxa de analfabetismo funcional entre adultos, os resultados são basicamente os mesmos, apenas com a variação do indicador tendo sido mais próxima das do Brasil e do Nordeste. No caso da escolaridade média de adultos, o Ceará avançou mais que média brasileira no período analisado, mas mesmo assim acabou perdendo uma posição relativa. O Estado ainda apresenta uma das menores médias de anos de estudos do país.

Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 e 2005



Fonte: IBGE.

No que diz respeito à porcentagem da população ocupada com rendimentos de 2 salários mínimos ou mais, que é uma medida de qualidade do emprego formal, verifica-se uma forte queda do indicador no Brasil, no Nordeste e no Ceará, tendo o indicador cearense apresentado o maior retrocesso dentre as três áreas geográficas analisadas, o que lhe fez perder uma posição relativa, relegando-o à 24ª posição do país em 2005.

Já no que diz respeito à razão entre os rendimentos dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população, verificou-se uma redução do indicador no período 2002/2005, sinalizando uma redução na concentração da renda. Entretanto, o ritmo de queda foi menor que a do Brasil e a do Nordeste e, assim, o Estado acabou perdendo uma posição relativa, passando a ser o 21º em 2005.

Razão entre os rendimentos dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 e 2005

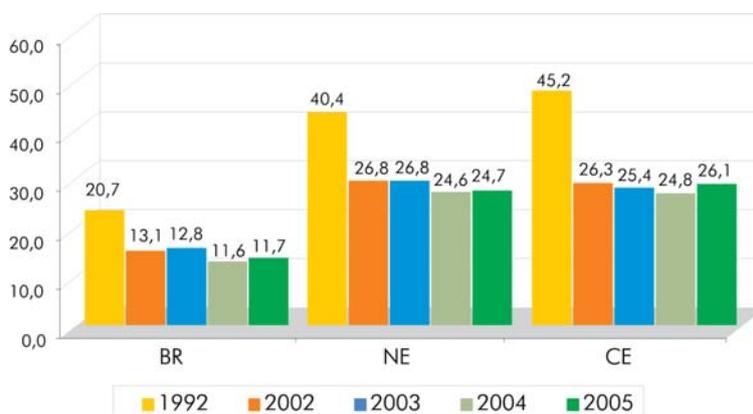


Fonte: IBGE.

Ao considerar-se a proporção de pessoas pobres e em situação de extrema pobreza, verifica-se que houve uma redução desses indicadores no período analisado, mas em um ritmo mais lento

que as médias brasileira e nordestina, fazendo com que o Ceará se mantenha dentre os estados com uma maior proporção de pobres e indigentes em sua população.

Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Quanto à segurança, essa dimensão está representada por quatro indicadores: a taxa de homicídios dolosos, a taxa de roubos, a taxa de furtos e a taxa de extorsões mediante seqüestro, todas medidas por 100.000 habitantes. Esses indicadores apresentaram perda de posições no período 2002/2005, fazendo com que os resultados dessa dimensão sejam os piores de todos aqui analisados. Isso teve reflexo no posicionamento relativo do Ceará,

que passou de 10º para 14º no que diz respeito à taxa de homicídios dolosos, de 2º para 26º no que diz respeito à taxa de roubos, de 1º a 15º no que se refere à taxa de furtos e de 5º para 10º na taxa de extorsões mediante seqüestro. Isso indica um forte retrocesso das condições de segurança durante o período analisado, denotando a premência no aprofundamento das ações referentes a essa dimensão.



**Governo do Estado
do Ceará**

O Ceará em Perspectiva

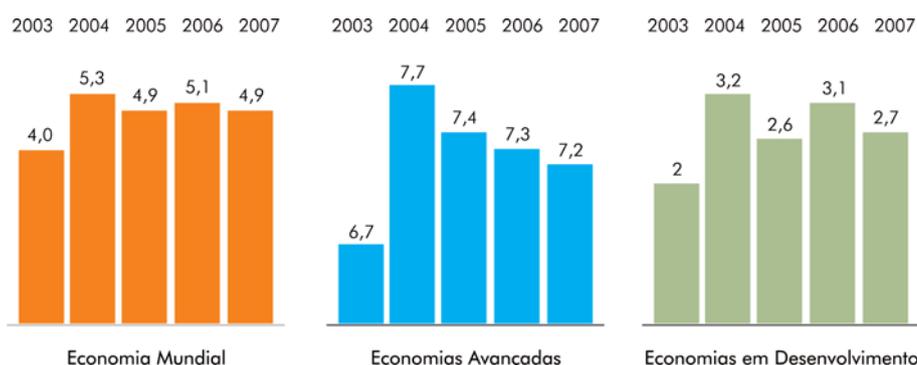
CENÁRIO MUNDIAL

Antes de fazer qualquer prognóstico sobre as economias brasileira e cearense é prudente observar-se o que está previsto para a economia mundial, que servirá de pano de fundo para os governos federal e estadual montarem suas estratégias de crescimento econômico para 2007.

Neste contexto, a economia mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional

(FMI), deverá crescer 4,9%, em 2007, taxa pouco inferior à prevista para o fechamento do ano de 2006, 5,1%, mostrando uma desaceleração no ritmo de crescimento (Gráfico 1). A previsão de crescimento do PIB mundial terá como suporte o elevado crescimento previsto para os países de economias avançadas, que devem crescer 7,2%, tendo em vista que a previsão dos países em desenvolvimento será de apenas 2,7%.

Gráfico 1– Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) (%) - Mundo – 2003-2007



Fonte: FMI-World Economic Outlook, September de 2006.

Em 2007, o crescimento mundial continuará ancorado nas economias norte-americana, chinesa, de alguns países da zona do Euro, além da Índia e do Japão. Essa notícia é de certa forma, animadora, sobretudo para economias em desenvolvimento, que deverão continuar com bons resultados nas exportações, tendo em vista o aumento de consumo nesses países. Assim, o aumento previsto para o comércio mundial ficará em torno de 4,0%. A taxa de desemprego é outro indicador macroeconômico que se mostra em desaceleração nos países industrializados.

Outras perspectivas favoráveis para 2007, dizem respeito aos preços do petróleo, que já se mostram em declínio e poderão se manter

sem grandes oscilações. Alguns eventos foram responsáveis por esse comportamento nos preços do petróleo: a própria desaceleração no crescimento econômico dos Estados Unidos; a frustração da guerra do Líbano; e o elevado estoque dos derivados petrolíferos, nos Estados Unidos, citando-se os principais. Outro indicador, que vem crescendo em importância para a economia mundial, é o gás natural, recurso energético que tem mostrado um aumento significativo na produção mundial de energia. Para 2007, mostra uma incerteza no ritmo de evolução de seu mercado.

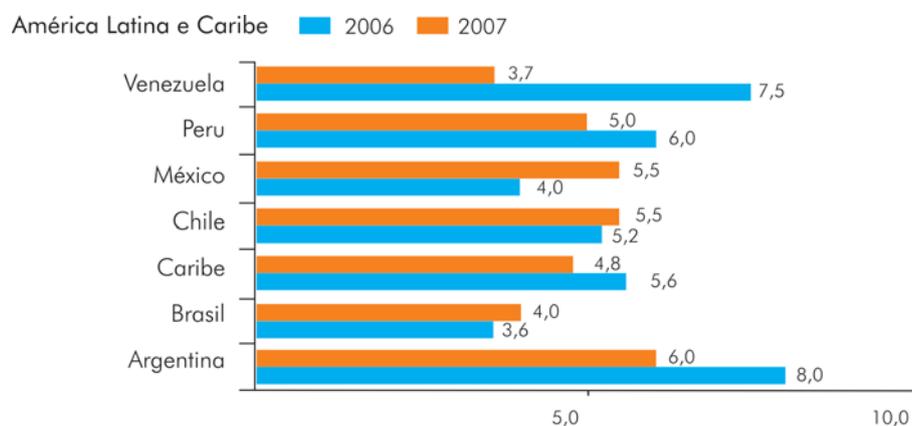
América Latina - Caribe e Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a Região, que congrega os países da

América Latina e do Caribe, feche o ano de 2006 com uma taxa de crescimento do PIB de 4,8% e 4,2% em 2007. A expansão econômica da América Latina terá na economia Argentina seu principal suporte, com previsão de registrar uma taxa de 8,0%, em 2006, e de 6,0% em 2007. No entanto, o Brasil e o México crescerão menos do que os países latino-americanos e caribenhos. Segundo o Relatório,

o Produto Interno Bruto brasileiro crescerá 3,6%, em 2006 e 4,0% em 2007 e para o México, as estimativas são de aumentos de 5,5% para 2006 e de 4,0% para 2007 (Gráfico 2). A demanda interna será o ponto forte do crescimento previsto para Região. Todavia, é prudente citar a dependência comercial desta Região em relação aos Estados Unidos, pelos motivos já mencionados.

Gráfico 2 – Evolução (%) do Produto Interno Bruto por países selecionados América Latina e Caribe – 2006-2007



Fonte: FMI-World Economic Outlook, September de 2006.

A economia latino-americana mostra um crescimento mais ajustado do que em tempos anteriores, tendo em vista os resultados das principais variáveis macroeconômicas, como: inflação sob controle, melhores salários, superávit comercial em alguns países, dívida pública mais bem estruturada, ausência de tensões cambiais

e instituições financeiras mais fortes. A Tabela 1 evidencia algumas dessas variáveis. Por exemplo, a inflação na América Latina, segundo o FMI, será de 5,30% para 2006, com queda prevista, em 2007 (5,20%), decorrente da credibilidade das políticas monetárias aplicadas na maioria dos países da Região.

Tabela 1 – Evolução do PIB, inflação e conta corrente – América Latina e Caribe – 1995/2007

Indicadores Selecionados	Média: 1995/2003	2004	2005	2006	2007
PIB (%):					
América Latina e Caribe	2,20	5,70	4,40	4,80	4,30
Brasil	2,10	4,90	2,30	3,20	4,00
Inflação (%):					
América Latina e Caribe	13,20	6,50	6,30	5,30	5,20
Brasil	14,90	6,60	6,90	4,20	3,40
Conta Corrente (% do PIB):					
América Latina e Caribe	-2,40	1,00	1,50	1,30	0,50
Brasil	-4,30	1,90	1,80	1,30	0,60

Fonte: FMI-World Economic Outlook, September de 2006.

O Ceará em Perspectiva

Já para a economia brasileira, o FMI prevê um crescimento de 3,6%, em 2006, e de 4,0% para 2007. No entanto, o PIB do Brasil a preços de mercado, no acumulado de janeiro a setembro/2006, mostrou um crescimento modesto de 2,3%, o que fez o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) refazer sua estimativa de crescimento e reduziu a taxa de 3,3%, para 2,8%, embora o Governo ainda trabalhe com uma estimativa de crescer acima de 3%. Vários fatores contribuíram para o desempenho da economia brasileira, em 2006, como o ambiente incerto originário da crise política; a política monetária, ainda de arrocho; além da apreciação cambial, que acabou enfraquecendo a competitividade de parte da indústria.

Em termos monetários, o país deverá atingir o valor próximo de R\$ 2,00 trilhões, em 2006. O PIB *Per Capita*, que representa a divisão da riqueza gerada pela população, será de R\$ 10.708, em média. Parte desse crescimento deve-se ao desempenho das exportações, com um valor US\$ 137,47 bilhões, as importações, US\$ 91,34 bilhões, do que resultou um saldo de US\$ 46,08 bilhões. Com isso, a corrente do comércio atingiu US\$ 228,87 bilhões, em valores preliminares.

As perspectivas para o Brasil, em 2007, indicam que o Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços finais produzidos no país, cresça 3,6% sobre 2006, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa taxa é inferior à estimada pelo FMI (4,25%).

Seja qual for a taxa de crescimento para o PIB brasileiro, em 2007, a verdade é que a economia do país só crescerá, com mais vigor, se houver um esforço para que o Governo promova as reformas em âmbito tributário, trabalhista, sindical e principalmente a reforma da previdência, cujos gastos são os que mais cresceram nos últimos anos.

Além disso, o governo deve continuar reduzindo a taxa de juros Selic, para que se aproxime do nível da praticada em economias desenvolvidas. Para isso acontecer, o Governo Federal terá que contar com o apoio da iniciativa privada, do congresso e da sociedade civil, de um modo geral, para a aprovação dessas reformas, que poderão garantir a estabilidade macroeconômica.

Ao segmentar a economia, os estudos realizados por entidades de classe, como no caso da indústria, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) prevê uma expansão de 4,3% para a produção industrial, em 2007. O Banco Central do Brasil (BCB), por sua vez, projetou uma taxa de 4,2% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Quanto ao mercado externo, o mercado financeiro espera um superávit da balança comercial brasileira para 2007, a projeção corresponde ao valor de US\$ 36 bilhões. Ainda com relação ao setor externo, o cenário mundial indica um ambiente de confiança, com pouca volatilidade na taxa de câmbio. Com base nos últimos valores do R\$ por dólar, que permaneceu quase inalterada, o Banco Central prevê um câmbio médio de R\$ 2,30 por dólar, para 2007.

Além disso, o ano de 2007 parece promissor para uma ampliação do mercado interno, tendo em vista que as condições internas continuarão benéficas, como a recuperação do poder de compra do brasileiro, os créditos facilitados impulsionando as vendas varejistas e a construção civil, principalmente se ocorrerem às reformas já citadas. Outro ponto a ser ressaltado é a infra-estrutura, tendo em vista que um país com qualidade em transportes, energia, telecomunicações e saneamento básico tem facilitado seu poder de competitividade, proporcionando uma elevação da capacidade de atração de investimentos nacionais ou estrangeiros, em outros segmentos.

CEARÁ

De um modo geral, as perspectivas para 2007, em relação à economia estadual, parecem ser mais promissoras que para a economia brasileira, haja vista que o governo Lula terá que travar amplos diálogos com os governadores e com os políticos que farão oposição a sua segunda gestão, se quiser implementar efetivamente as medidas cabíveis para uma boa governabilidade. No campo local, um fato positivo ocorreu nas eleições de 2006, os dois poderes maiores, ou seja, o governo Estadual e da capital do Estado estão aliados, o que garante condições melhores para o diálogo com os opositores, da Câmara dos Vereadores e da Assembléia Legislativa. Além disso, ainda conta com apoio do Governo Federal, uma vez que foram aliados nas campanhas políticas recentes.

Com essa visão, o cenário atual parece ser um momento histórico, para o desenvolvimento do Ceará, com grande oportunidade para que o novo governo que se inicia, possa implementar suas propostas. Como, por exemplo, promover o fortalecimento institucional e modernização do Estado. Vale lembrar que o caminho para se chegar a isso poderá ser facilitado pelos motivos citados, mas deve-se ter em mente que as soluções para os problemas enfrentados pelo Estado, atualmente, não serão fáceis. Sobretudo os que se relacionam à segurança pública, que já é de dimensão nacional; como também a educação, ponto chave para um desenvolvimento sustentável; e a saúde ainda precária, embora alguns indicadores apresentem melhoras nos últimos anos.

Mediante esse cenário, o PIB do Ceará deverá fechar o ano com uma taxa de crescimento em torno de 4%, superior à estimada para o Brasil, de 2,8%, segundo o IPEA. Para 2007, o IPECE prevê para a economia cearense um crescimento de 4,6% pouco superior à taxa brasileira de 3,6% estimada pelo IPEA.

Setorialmente, há expectativa de continuar crescendo o comércio varejista, que, desde 2004, responde por boa parte do crescimento do PIB estadual, o que corrobora com pesquisas sobre o comércio realizadas por alguns institutos, citando o Instituto de Desenvolvimento do Comércio (IPDC) que vislumbra um quadro favorável para as vendas ao varejo, no final de 2006, com perspectivas de continuidade em 2007.

Para a indústria, salienta-se que o setor tem passado por grandes oscilações nos últimos anos. A forte concorrência externa aos produtos cearenses, sobretudo, têxteis e confecções, tem reduzido à capacidade desses segmentos de ampliar suas produções. A perspectiva para essas indústrias parece melhorar, dado que no início de novembro/2006, foi adotada uma nova sistemática de tributação do setor têxtil e de confecções do estado do Ceará, visando beneficiar toda cadeia, do insumo ao produto final e torna-las mais competitivas.

Para construção civil, que vem registrando taxas positivas de crescimento, nos últimos dois anos, espera-se, para 2007, que continue sua trajetória crescente, pois o governo Federal já sinaliza, dentro de suas medidas emergenciais para o crescimento do país, algumas ações direcionadas ao segmento, que responde por grande parte do emprego formal gerado no país e no Ceará.

No campo das finanças públicas estaduais, o Ceará encontra-se com suas contas equilibradas e com folga para contrair novos empréstimos para os investimentos necessários. Hoje a dívida externa representa 11,6% do PIB estadual contra 19,9% de 2002. Do exposto, conclui-se que tanto o Brasil como o Ceará terão, em 2007, resultados positivos em suas economias. Porém, a magnitude destes resultados dependerá dos esforços dos governos Federal e Estadual na condução das reformas estruturais, já mencionadas.



Governo do Estado
do Ceará

Gestão por Resultados em 2006

O Governo do Estado do Ceará, vem desde 2005, adotando o modelo de gestão por resultados, com vistas a melhorar a eficiência da gestão pública.

A implementação do modelo de Gestão Pública por Resultados no Ceará segue sua lógica baseada em um grande objetivo, que é “Crescimento com Inclusão Social”. Para que esse objetivo fosse alcançado, foram definidos eixos de orientação de políticas que permitissem ao Governo Estadual percorrer novos caminhos, atendendo os objetivos estratégicos, cuja agregação correspondesse ao alcance do seu macroobjetivo.

Um dos primeiros e vitais passos da GPR foi definir os principais resultados estratégicos de Governo que seriam perseguidos. Esses resultados representam os maiores compromissos que o Governo assumiu com a população cearense e, a partir dos quais, o Governo poderia ser cobrado e avaliado.

A seguir, é apresentada uma síntese que, por meio de indicadores e estatísticas isentas, permite aferir avanços e sucessos alcançados, de acordo com cada eixo do Plano de Governo, adotando-se a seguinte convenção de cores:

- ▲ Verde - Desempenho Positivo
- ▼ Vermelho Desempenho Negativo
- Laranja Desempenho Neutro

Vale salientar que serão medidos comportamentos e, por isso, cada cor por si só não representa uma situação boa, neutra ou ruim. Ela apenas indica avanços, estabilidade ou piora.

Os principais resultados alcançadas pelo Governo do Estado em 2006, são apresentados na seqüência .

EIXO 1 – CEARÁ EMPREENDEDOR

O eixo Ceará Empreendedor tem seu foco voltado para a ampliação da competitividade do Estado. A consecução desse eixo está condicionada a uma ação desenvolvimentista da economia, ampliando o capital físico e aprimorando o capital humano.

Nesse sentido, cinco resultados estratégicos estão sendo trabalhados: o crescimento econômico diversificado; a inserção internacional; a geração de emprego de qualidade; o equilíbrio fiscal e a infraestrutura competitiva.

Síntese dos Resultados do Eixo 1

Indicadores do Eixo 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR	
PIB Total (estimativa em R\$ milhões - preços de mercado)	▲
PIB Per Capita (estimativa - preços de mercado)	▲
Taxa de Crescimento PIB total (%)	▲
Taxa de Crescimento dos Serviços (%)	▲
ICMS (R\$ milhões - preços correntes)	▲
ICMS (R\$ milhões – preços constantes)	—
Fluxo de Comércio – Exportação + Importação (US\$ Bilhão)	▲
Nº de novos empregos formais criados	▲
Índice de qualidade do emprego	▼
Dívida / PIB x 100	▲
Dívida / RCL	▲

Legenda	
Desempenho Positivo	▲
Desempenho Negativo	▼
Desempenho Neutro	—

1 CRESCIMENTO ECONÔMICO DIVERSIFICADO

Crescimento econômico é o aumento da capacidade de gerar bens e serviços. Nesse contexto, o termo “diversificado” é aplicado à idéia de crescer em várias atividades, ou seja, aumentar a produção e ampliar as opções de geração de produtos e empregos. Assim, o crescimento com diversificação é a busca do crescimento sustentável da economia.

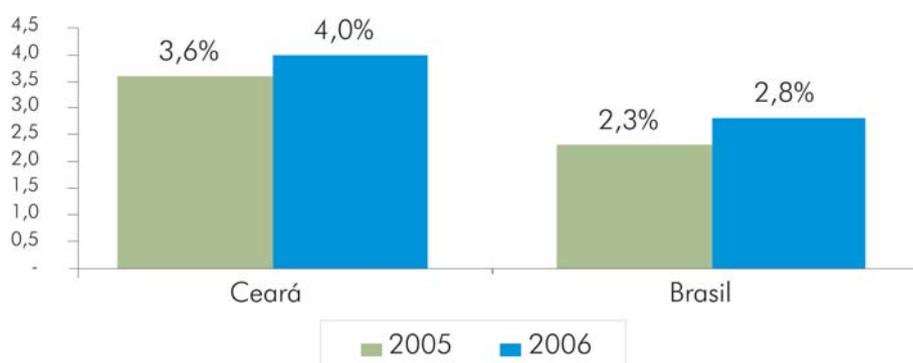
Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que sintetiza a produção de bens e serviços dos vários segmentos econômicos do Estado. Assim, o PIB estadual em 2006, deverá crescer

próximo de 4%, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE), superior à taxa para o PIB brasileiro, prevista pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para 2,8%.

Vale lembrar que o resultado do PIB estadual está amparado no crescimento dos três setores econômicos: Agropecuária (10,71%), Indústria (4,28%) e Serviços (3,50%). Diante disso, estima-se, para 2006, que o PIB cearense a preços de mercado deverá alcançar o valor de R\$ 38,6 bilhões e o brasileiro, R\$ 2,00 trilhões. Esses valores garantem um PIB Per Capita de R\$ 4.765 para o Ceará e R\$ 10.708, para o Brasil.

Taxa de Crescimento Real da Economia – Ceará e Brasil - 2005-2006



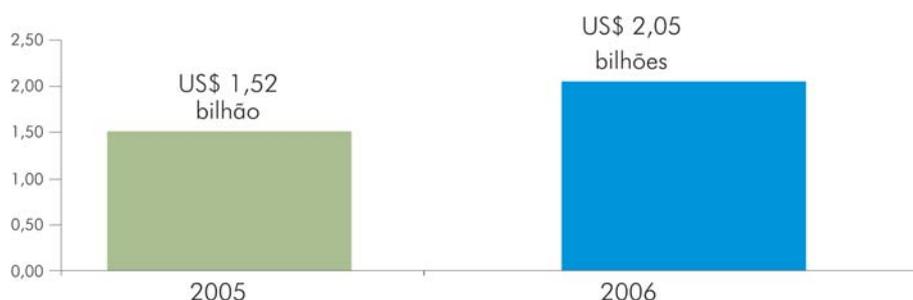
Fonte: IPECE e IBGE.

2 INSERÇÃO INTERNACIONAL

O indicador Fluxo do Comércio Internacional, que representa o somatório das transações com as exportações e as importações do

Estado, e constitui-se em uma medida de inserção internacional, em 2006, totalizou um valor de US\$ 2,05 bilhões, conforme mostra o gráfico a seguir.

Fluxo do Comércio Internacional - (US\$ bilhões) – Ceará – 2005-2006



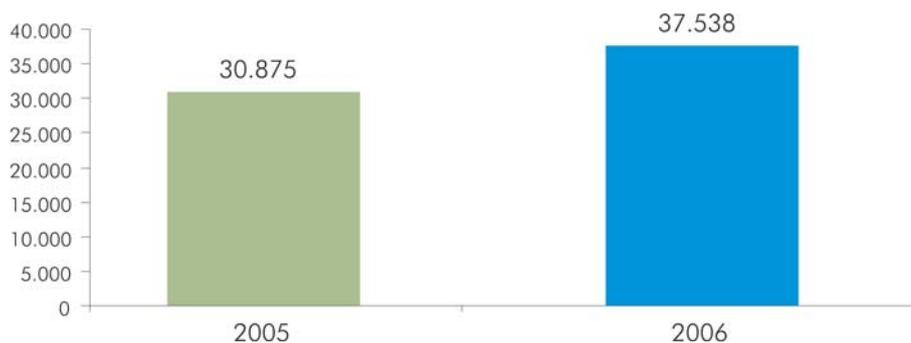
Fonte: SECEX/MDIC.

3 GERAÇÃO DE EMPREGO

Como resultado desse eixo, o indicador Número Líquido de Emprego Formais, representado pelo saldo líquido entre o número de empregos formais criados menos o número de empregos perdidos, de janeiro a novembro/2006, acumulou um saldo de 37,54 mil novos postos

de trabalho, superior ao registrado em todo o ano de 2005. A Indústria, compreendendo a de Transformação, Construção Civil e SIUP, foi o setor que mais contribuiu para esse resultado, com saldo de 15,76 mil novos postos de trabalho, seguida dos Serviços, com 12, 55 mil novas vagas.

Número líquido de empregos formais criados – Ceará – 2005-2006



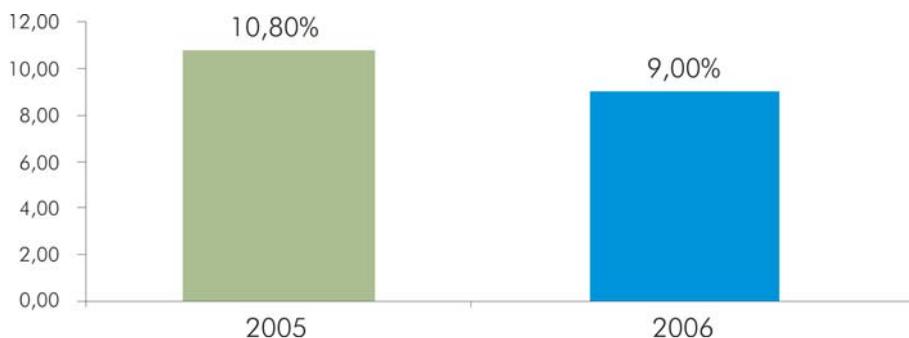
Fonte: MTE.

4 EQUILÍBRIO FISCAL

Observa-se que a evolução da Dívida em relação ao PIB diminuiu de 2005 para 2006, passando de 10,8% para 9,0%, nessa ordem, representando uma taxa de crescimento negativa de 20%. Em outras palavras, significa

que, se naquele ano, o Governo desejasse quitar a Dívida Pública, teria de empregar 10,8% do que produziu para saldá-la. Em 2006, essa relação Dívida/PIB do Ceará representou menos de ¼ do percentual indicado pelo do Governo Federal, que é de 50%.

Relação Dívida/PIB – Ceará – 2005-2006



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Um outro resultado de relevância para a gestão da dívida pública é a evolução da Dívida em relação à Receita Corrente Líquida do Estado. Essa relação caiu de 0,74, em 2005,

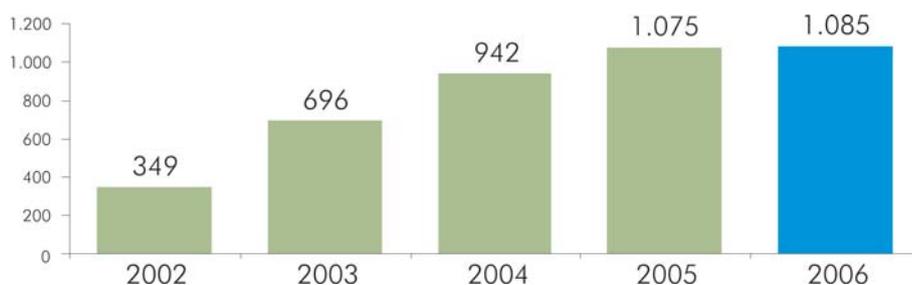
para 0,60, em 2006, em dados preliminares, sugerindo que as receitas do Estado foram maiores do que sua dívida.

5 INFRA-ESTRUTURA COMPETITIVA

Os resultados do Eixo estão expressos na movimentação de mercadorias no Terminal do Pecém, apresentada no gráfico abaixo, que

mostra um fluxo de mercadorias crescente, registrando, até novembro de 2006, um total de 1.085,16 mil toneladas, significando um aumento acumulado de 211% sobre 2002.

Movimentação de Mercadorias no Terminal do Pecém (mil toneladas) – Ceará – 2002 - 2006



Fonte: Ceará Portos.

EIXO 2 – CEARÁ VIDA MELHOR

O Eixo Ceará Vida Melhor compreende uma série de objetivos estratégicos, que orientaram e articularam todas as políticas, programas,

projetos e ações do Governo Estadual. Um resumo dos resultados estratégicos desse eixo está exposto no Quadro abaixo. O maior detalhamento desses resultados é feito ao longo desta seção.

Síntese dos Resultados do Eixo 2

Eixo 2 – CEARÁ VIDA MELHOR	
Taxa de mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos)	▲
Taxa de internação por AVC (por 10.000, todas as idades)	▲
Taxa de internação por doenças diarreica aguda (menores de 5 anos)	▲
Nota do SAEB/ESPAECE	—
Taxa de escolarização no ensino médio (líquida)	▲
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	—
Taxa de mortalidade por causas externas (por 100.000 hab)	▼
Proporção de Domic. C/ de água adequada	▲
Proporção de Domic. C/ acesso a rede de coleta de esgoto	▲
Consumo residencial de energia elétrica (Mwh)	▲
Número de Consumidores – Residencial	▲
Índice de GINI	—

Legenda	
Desempenho Positivo	▲
Desempenho Negativo	▼
Desempenho Neutro	—

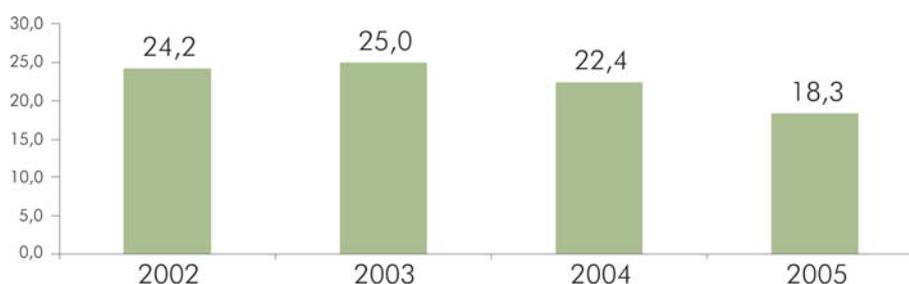
1 POPULAÇÃO SAUDÁVEL

Com o objetivo de mensurar os resultados alcançados pelas políticas públicas estaduais, concernentes a melhores condições de saúde, foram selecionados alguns indicadores:

Taxa de Mortalidade Infantil

O Ceará vem reduzindo a taxa de mortalidade infantil, nos últimos anos, quando comparada a alguns estados brasileiros e, no período de 2003 a 2005, registrou uma queda de 27,2%, de acordo com os dados disponíveis (gráfico abaixo).

Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Ceará 2002 - 2005



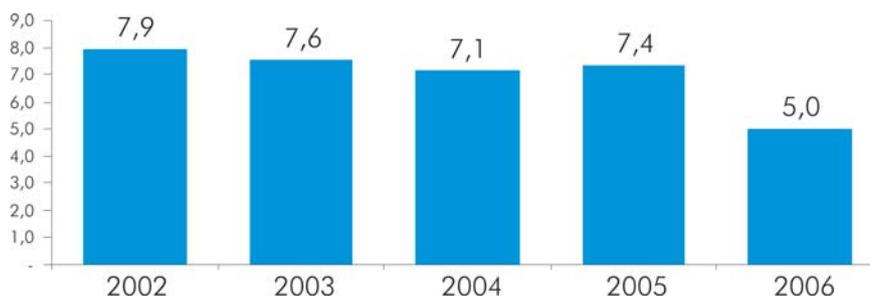
Fonte: Secretaria da Saúde do Ceará – SESA.

Taxa de Internação por AVC

A taxa de internação por AVC, no Ceará, vem apresentando tendência de redução, como mostra o Gráfico a seguir. Deve-se levar em consideração que a taxa de internação por AVC de 2006 ainda não foi apurada

totalmente. Contudo, observando-se a série apresentada, espera-se que esse indicador finalize o ano com uma estimativa de 7,2 internações por 10.000 habitantes, o que resultaria em uma redução proporcional de 9,1%, entre 2002 e 2006.

Taxa de Internação por AVC (por 10.000 habitantes, todas as idades) – Ceará – 2002 - 2006 (*)



Fonte: Secretaria da Saúde do Ceará – SESA.

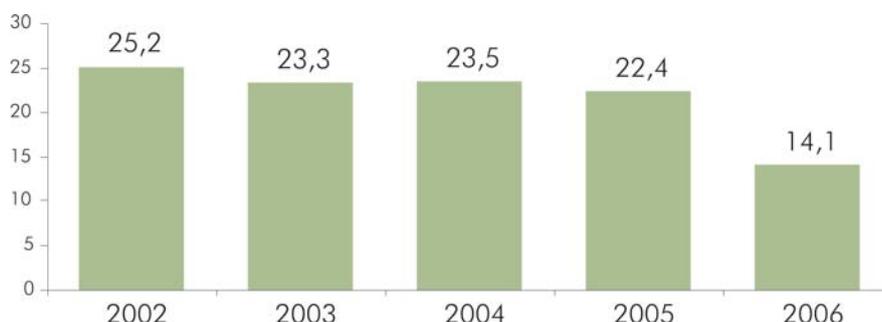
(*) Dado de 2006, calculado com base nos dados de janeiro a setembro (SESA).

Taxa de Internação por Doença Diarréica Aguda

A taxa de internação por doença diarréica mostra a quantidade de crianças menores de 5 anos internadas por causa de doença diarréica aguda, sobre o total de crianças do Estado, nessa mesma faixa etária por cada mil.

Para 2006, o dado ainda é preliminar (até setembro). Mas, analisando-se a série histórica da taxa de internação por doença diarréica aguda, espera-se que o indicador termine o ano com uma estimativa de 21,3 internações por 1.000 crianças menores de 5 anos, o que significaria uma redução proporcional nessa taxa de 15,5%, entre 2002 e 2006.

Taxa de internação por doença diarréica aguda (menores de 5 anos, por 1.000) - Ceará - 2002 - 2006



Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA.

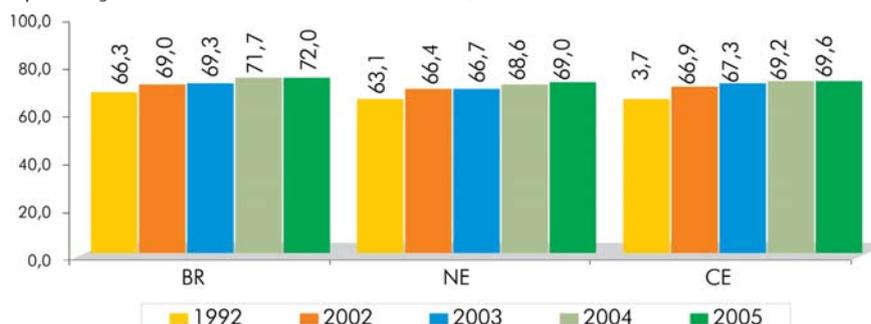
(*) Dado de 2006, calculado com base nos dados de janeiro a setembro (SESA).

Esperança de Vida ao Nascer

Os resultados alcançados desse indicador estão no Gráfico abaixo que mostra uma

série histórica para o Ceará, fazendo ainda uma comparação com os dados do Brasil e do Nordeste.

Esperança de Vida ao Nascer – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/2005



Fonte: PNAD/IBGE.

2 POPULAÇÃO COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

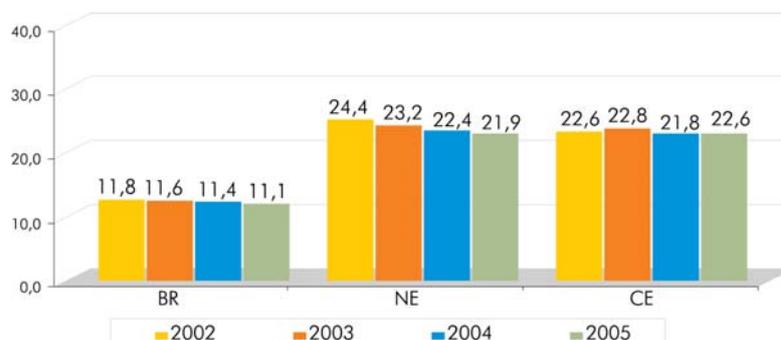
Com o objetivo de medir os resultados da evolução educacional do Estado, foram escolhidos alguns indicadores específicos, descritos a seguir:

Taxa de Analfabetismo

Um dos primeiros e mais importantes indicadores educacionais levados em

consideração é a taxa de analfabetismo, definida como o percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não são capazes de ler e escrever um simples bilhete. Conforme indica o Gráfico abaixo, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda, no período considerado, no Brasil, Nordeste e Ceará.

Taxa de Analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais – Brasil, Nordeste e Ceará (em %) – 2002 - 2005



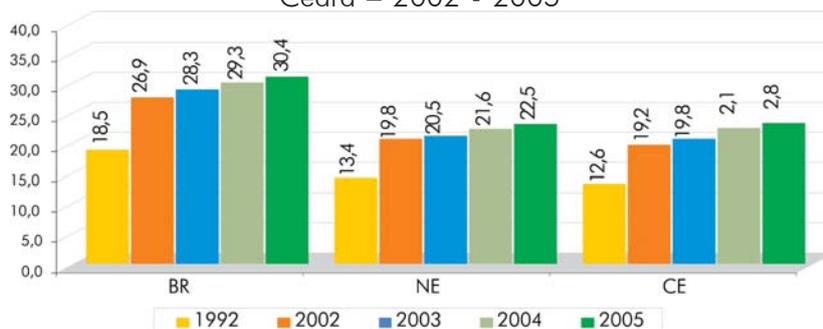
Fonte: PNAD/IBGE.

Percentual da população adulta com pelo menos o 2º Grau Completo

Verifica-se, que entre 2002 a 2005, o percentual de adultos com pelo menos o 2º grau completo aumentou, em termos

proporcionais, em 18,75%. No entanto, a melhor evolução é observada quando comparada às evoluções do Brasil e da Região Nordeste, que obtiveram crescimento de 12,9% e 13,7%, respectivamente.

Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 - 2005



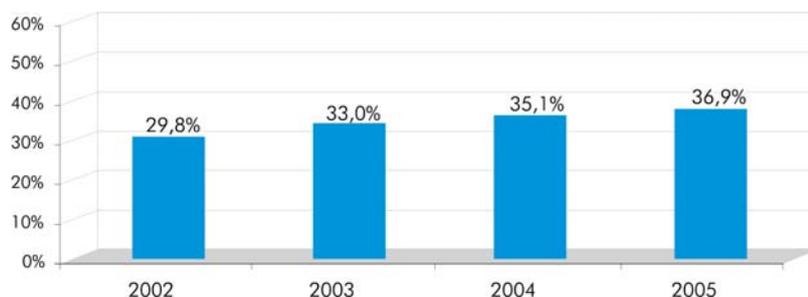
Fonte: PNAD/IBGE.

Taxa de Escolarização no Ensino Médio

O Gráfico a seguir mostra que a taxa de escolarização do ensino médio vem apresentando, ao longo dos anos de 2000, resultados positivos. Entre 2002 e 2005, essa

taxa sofreu crescimento proporcional de 23,8%. Verifica-se ainda, que entre 2003 e 2005, ocorreu uma elevação nesse indicador de 11,8%. Além disso, de 2004 para 2005, essa taxa experimentou um crescimento de 5,1%.

Taxa de Escolarização do Ensino Médio (líquida) – Ceará – 2002- 2005



Fonte: Secretária da Educação Básica do Ceará – SEDUC.

Nota do SAEB/SPAECE e Prova Brasil em Português e Matemática

Os últimos indicadores selecionados para mensurar o desempenho da área educacional foram as notas médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do SPAECE e da Prova Brasil, apresentadas nos Gráficos a seguir.

Os resultados mostram que os alunos da 4ª série do ensino fundamental conseguiram elevar seus desempenhos na avaliação de

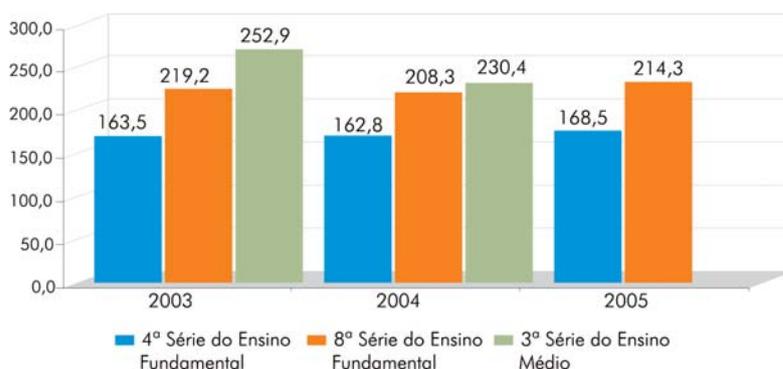
Matemática e, em 2005, conseguiram melhorar suas performances na Prova Brasil. Já os alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, apesar de apresentarem melhores notas que os alunos da 4ª série, entre 2003 e 2004, sofreram uma pequena queda nas avaliações de Português. Entretanto, na Prova Brasil, realizada em 2005, ocorreu pequena recuperação nessa disciplina.

Nas avaliações de Matemática, as 4ª e 8ª séries do ensino fundamental obtiveram bons

resultados, tanto no SAEB/SPAECE como na Prova Brasil. Todavia, a 3ª série do ensino médio sofreu uma ligeira redução em suas médias de Português e Matemática, entre 2003 e 2004. Vale ressaltar que, por determinação do Ministério da Educação, a 3ª série do ensino médio não foi avaliada pela Prova Brasil em

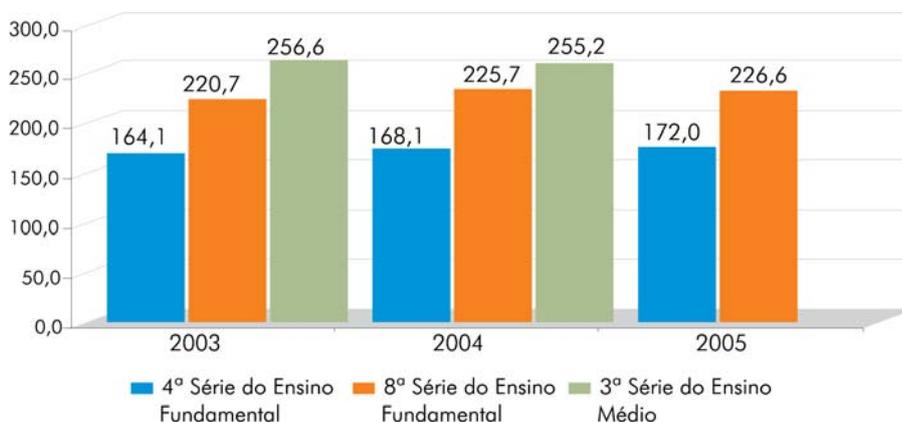
2005, fato que prejudicou em muito a avaliação de desempenho dos milhares de alunos que cursam tal série. Os indicadores acima denotam o grande desafio para o governo no sentido de ampliar o nível de aprendizagem escolar.

Nota do SAEB/SPAECE e Prova Brasil em Português nas Escolas Públicas – Ceará – 2003/2005



Fonte: Ministério da Educação – INEP.

Nota do SAEB/SPAECE e Prova Brasil em Matemática nas Escolas Públicas – Ceará – 2003/2005



Fonte: Ministério da Educação – INEP.

3 POPULAÇÃO SEGURA

Com o intuito de mensurar os resultados alcançados, referentes às melhores condições de segurança da população, alguns indicadores foram especificamente escolhidos para esse fim, tais como:

- 1 Número de Homicídios Dolosos (por 100 mil hab);
- 2 Número Mulheres vítimas de crimes com morte (por 100 mil hab);

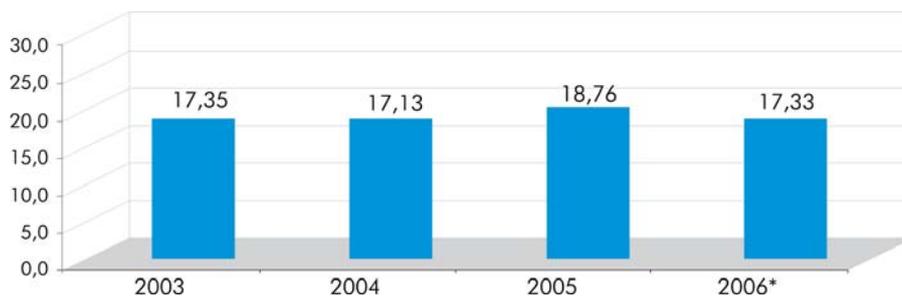
3 Taxa de Mortalidade por Causas Externas (por 100 mil hab).

Número de Homicídios Dolosos

O Gráfico abaixo mostra a evolução desse indicador relacionado à segurança da população do Estado do Ceará, entre 2003 e 2006.

Como se observa, esse indicador tem se mantido constante no caso específico do Ceará, tendo sofrido ligeira redução de 1,15%, no período de 2004 a 2006.

Número de Homicídios Dolosos (por 100 mil hab) – Ceará – 2003 a 2006.

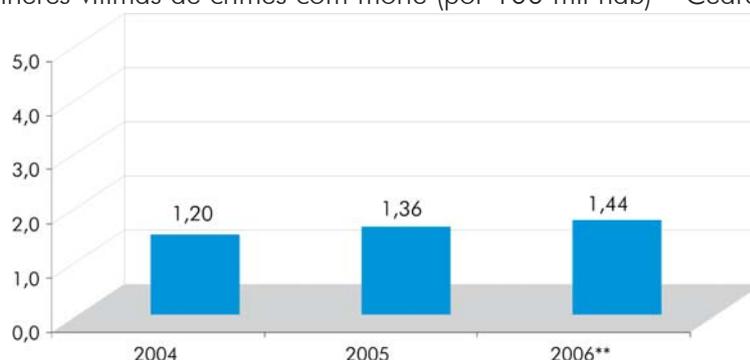


Fonte: SSPDS.

Nota: Em 2006 os dados são até o mês de NOVEMBRO.

Número Mulheres vítimas de crimes com morte

Número de Mulheres vítimas de crimes com morte (por 100 mil hab) – Ceará – 2004 a 2006*



Fonte: SSPDS.

* Em 2006 os dados são até o dia 17 de Dezembro. Vítimas a partir de 18 anos.

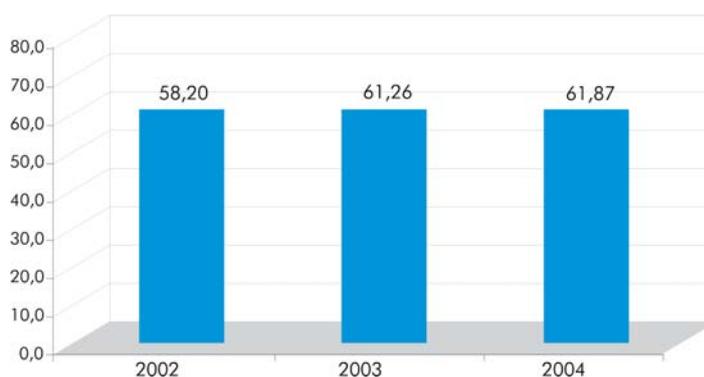
O Gráfico acima mostra que a violência contra a mulher vem se elevando no Estado do Ceará. Em 2004, o número de mulheres vítimas de violência com morte era de 1,2 mulheres por 100 mil habitantes e passou em 2006 para 1,44.

Taxa de Mortalidade por Causas Externas

Para finalizar a análise da área de segurança, pode-se ainda apresentar a evolução da taxa

de mortalidade por causas externas, que é definida como o número de óbitos por causas externas (acidentes de transporte, homicídios, suicídios e demais causas), por 100 mil habitantes, na população residente em determinada localidade. Os dados disponíveis até o presente momento referem-se aos anos de 2002 a 2004.

Taxa de Mortalidade por Causas Externas – Ceará – 2002 a 2004



Fonte: DATASUS.

Dessa forma, levando-se em consideração os indicadores analisados referentes ao resultado estratégico "População Segura", pode-se concluir que não ocorreu uma melhora nas condições de segurança no Estado. Há que se rever e programar novas estratégias preventivas que minimizem os índices de criminalidade no Ceará.

4 MEIO AMBIENTE PRESERVADO

Com a finalidade de mensurar os resultados alcançados, no que se refere ao desempenho

das condições de meio ambiente, alguns indicadores foram selecionados:

- 1 Índice de Poluição Veicular;
- 2 Índice de Balneabilidade das Praias;
- 3 Índice da Qualidade dos Recursos Hídricos;
- 4 Taxa de Crescimento do Número de Atividades Licenciadas;
- 5 Índice de Área Protegida; e
- 6 Índice de Área Zoneada e Monitorada.

Relação de Indicadores de Preservação do Meio Ambiente - Ceará

INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	Per íodo	Valores
Índice de Poluição Veicular	2005	12,9%
	2006	7,6%
Índice de Balneabilidade das Praias	2005	47,6%
	2006	29,3%
Índice da Qualidade dos Recursos Hídricos	2004	22,6%
	2006	53,3%
Taxa de Crescimento do Nº de Atividades Licenciadas	2004/2005	20,0%
	2005/2006	71,1%
Índice de Área Protegida	2005	1,0%
	2006	1,0%
Índice de Área Zoneada e Monitorada	2005	33,0%
	2006	33,0%

Fonte: Superintendência do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE.

Nota: A medição destes indicadores em 2006 está sujeita à retificação devido à periodicidade dos índices.

O quadro acima mostra a evolução dos indicadores selecionados para mensurar os resultados alcançados na área de preservação ambiental do Ceará. Observa-se, inicialmente, que o índice da qualidade dos recursos hídricos, de 2004 para 2006, melhorou significativamente, apresentando crescimento proporcional de 135,8%. Um resultado muito importante, dado que o Estado não dispõe de água de modo abundante e, por isso, necessita otimizar o uso desse recurso.

Outro indicador que apresentou bom resultado foi o índice de poluição veicular, que, de 2005 para 2006, reduziu 41,2%, implicando no melhoramento da qualidade do ar que se respira na cidade de Fortaleza. O índice de área

protegida no Ceará apresentou desempenho constante, como foi o caso também do índice de área zoneada e monitorada.

Verificou-se ainda que o índice de balneabilidade das praias também sofreu redução de 38,5% entre 2005 e 2006, uma piora considerável, que poderá gerar conseqüência negativa no setor turístico do Estado, dada a má preservação das águas marinhas.

O último indicador levado em consideração na área de meio ambiente foi a taxa de crescimento do número de atividades licenciadas. Tal taxa, que entre 2004/2005, era de 20%, passou para 71,1%, entre 2005/2006, representando uma elevação proporcional de mais de 200% nesse indicador.

Diante da análise da evolução dos indicadores apresentados nesta seção, e no que se refere ao resultado estratégico “Meio Ambiente Preservado”, pode-se concluir que as políticas públicas adotadas na área estão surtindo efeitos positivos, visto que, dos 6 indicadores apresentados, 3 evoluíram de modo positivo, um sofreu queda e os dois restantes apresentaram-se de uma forma constante. Entretanto, deve-se ressaltar que, só recentemente, os governantes passaram a se responsabilizar pela elaboração de políticas que visassem preservar o meio ambiente. Os resultados aqui expostos já são um bom sinalizador dos próximos passos que deverão ser dados para melhorar as ações de preservação ambiental.

5 POPULAÇÃO COM MORADIA ADEQUADA

A fim de mensurar os resultados alcançados, no que diz respeito a melhores condições de

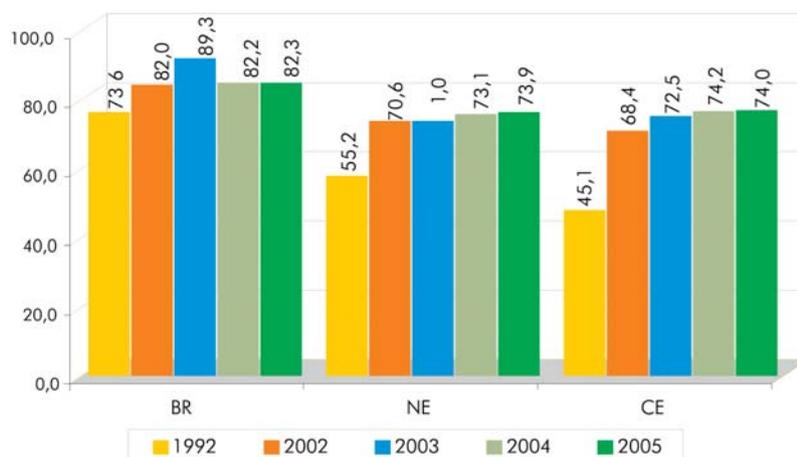
moradia, alguns indicadores foram selecionados, tais como:

- 1 Proporção de Domicílios com água adequada;
- 2 Proporção de Domicílios com acesso a rede de coleta de esgoto;
- 3 Consumo Residencial de Energia Elétrica (Mwh); e
- 4 Número de Consumidores de Energia Elétrica – Residencial.

Proporção de Domicílios com Água adequada

No que diz respeito às condições de domicílios, um dos primeiros indicadores a ser analisado é a proporção de domicílios com abastecimento de água regular. Sua importância reside no fato de que o acesso à água de qualidade tem um efeito significativo sobre a redução das doenças de veiculação hídrica e, também, da diarreia e da mortalidade infantil.

Proporção de Domicílios com Água Adequada – Brasil, Nordeste e Ceará - 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

No período de 2002 a 2005, o Estado do Ceará proporcionou à população cearense uma ampliação no grau de atendimento de domicílios com água adequada em torno de 8,2%, e elevação em 2%, de 2003 a 2005.

Verificou-se ainda, uma maior elevação na proporção de domicílios com abastecimento

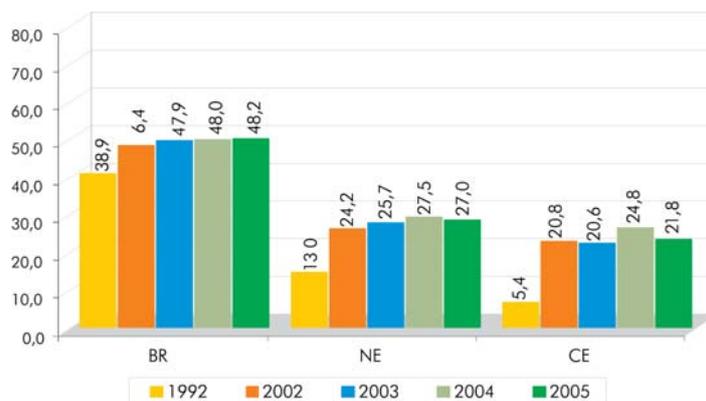
de água no Ceará, aumentando de 45,1%, em 1992, para 74,0% dos domicílios em 2005. Com isso, o Estado, que se encontrava, em 1992, em patamares inferiores aos do Nordeste e do Brasil, foi capaz de ultrapassar a média nordestina e aproximar-se ainda mais da média brasileira, durante o período considerado.

Proporção de Domicílios com Acesso a Rede de Coleta de Esgoto

Outro indicador relevante, que reflete a melhoria nas condições de moradia da

população, é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, que reduz o risco de ocorrência de doenças.

Proporção de Domicílios com acesso a rede de coleta de esgoto – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Constata-se, pelas informações do gráfico acima, que o Ceará vem demonstrando significativa evolução na proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, no período de 1992 a 2005.

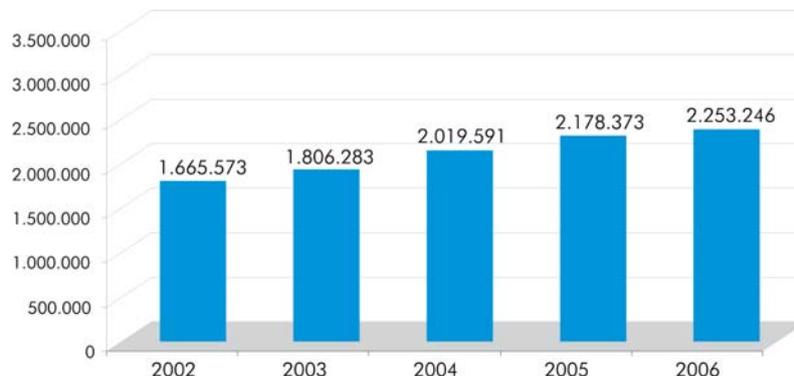
Em termos comparativos, o Ceará apresentava, em 1992, uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto muito inferior à do Nordeste e à do Brasil, com apenas 5,4% dos seus domicílios tendo acesso a esse serviço, contra 13,0% no Nordeste e 38,9% no Brasil.

Ao longo do período 1992/2005, essa discrepância reduziu-se consideravelmente, e o Ceará atingiu uma proporção mais próxima da do Nordeste, obtendo um crescimento mais intenso que a média brasileira no quesito coleta de esgoto, apesar do decréscimo do indicador em 2005.

Vale salientar que, apesar dos avanços registrados, a proporção de domicílios com esgoto é ainda relativamente pequena no Ceará e, portanto, é necessário o aprofundamento das políticas de expansão da rede de coleta de esgotos no Estado.

Consumo Residencial de Energia Elétrica

Consumo Residencial de Energia Elétrica (Mwh) – Ceará – 2002 a 2006



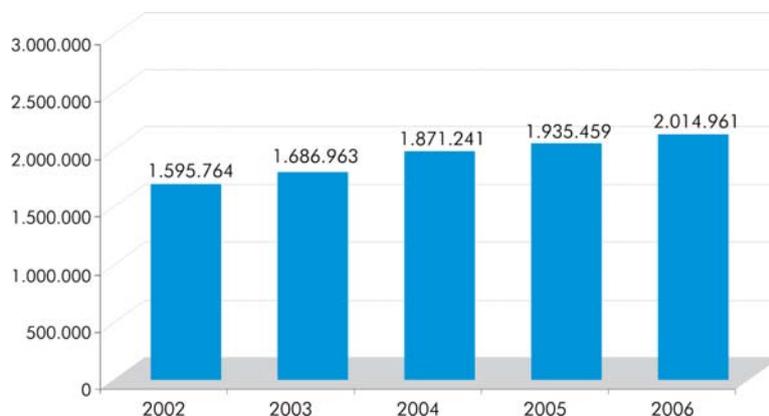
Fonte: Companhia Energética do Ceará – COELCE.

Verifica-se pelo Gráfico acima, que o consumo residencial de energia elétrica vem crescendo significativamente nos últimos anos no Estado. No período de 2002 a 2006, esse indicador experimentou uma significativa elevação de 35,6%. Além disso, de 2005 para 2006, ocorreu um aumento de cerca de 3,4% no consumo residencial de energia, sinalizando, em parte, a inclusão social da população do Estado do Ceará.

Número de Consumidores de Energia Elétrica

Além do consumo residencial de energia elétrica ter se elevado, o número de consumidores residências também experimentou aumento. O Gráfico abaixo indica que, no período de 2002 a 2006, o número de consumidores se elevou em 26,3%. Já de 2004 para 2006 o aumento foi de 7,7%. E, por fim, de 2005 para 2006, observou-se um crescimento proporcional nesse indicador de 4,1%.

Número de Consumidores de Energia Elétrica – Residencial – Ceará – 2002 a 2006



Fonte: Companhia Energética do Ceará – COELCE.

Nota: O número de consumidores de 2006 foi apurado com base nos de Jan. a Nov. de 2006.

Em síntese, conclui-se que, no que diz respeito ao resultado estratégico “População com Moradia Adequada”, o Estado alcançou bons resultados.

6 POPULAÇÃO COM MAIS ACESSO À RENDA

Melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais existentes constituem aspectos centrais da política econômica e social do Estado. Com o objetivo de mensurar os resultados alcançados, no que diz respeito a melhores condições de acesso à renda, alguns indicadores foram selecionados, tais como:

1 Índice de Gini;

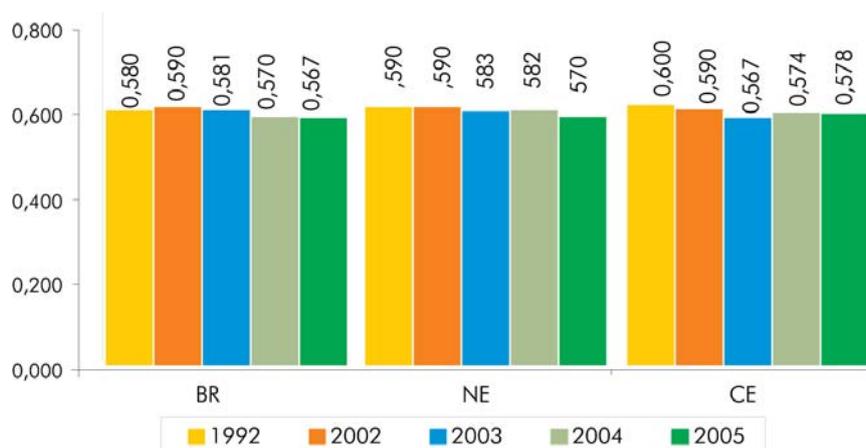
2 Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população; e

3 Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza.

Índice de Gini

Com relação à concentração de renda, apresenta-se, inicialmente, a análise do Índice de Gini, o qual mede a desigualdade existente na distribuição de renda domiciliar per capita. Os gráficos abaixo mostram que houve uma redução na concentração de renda no Ceará, já que esse índice recuou de 0,600, em 1992, para 0,590, em 2002 e para 0,578 em 2005.

Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Evolução do Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 1981/2005



Fonte: PNAD/IBGE.

Verifica-se, nos dois gráficos anteriores, uma tendência de queda do Índice de Gini, o que pode ser considerado como um avanço do Estado. Entretanto, quando se compara os índices de 2004 e de 2005 com os valores dos anos imediatamente anteriores, percebe-se que há uma elevação na desigualdade de renda, quebrando assim a tendência observada pelo Brasil e pelo Nordeste.

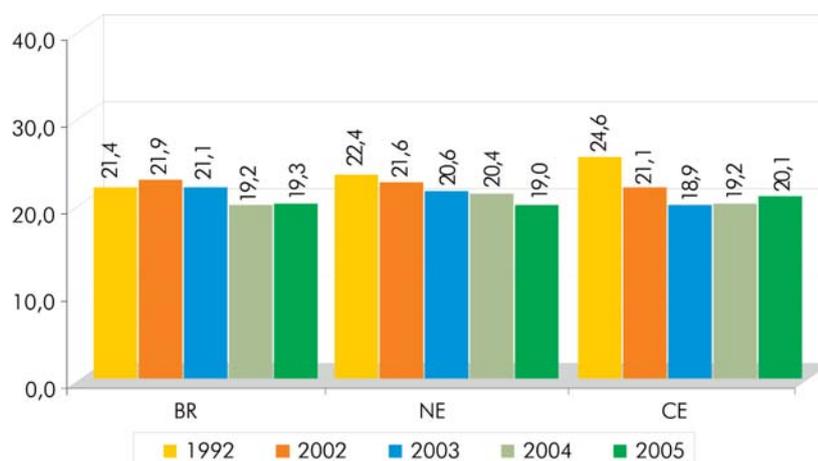
A redução mais expressiva da desigualdade no Ceará foi observada em 2003, quando o Índice de Gini se situou em 0,567, ficando abaixo inclusive da média nacional e nordestina naquele

ano. Todavia, nos anos seguintes essa tendência de queda não se manteve, ocorrendo uma ligeira elevação nos anos seguintes da série.

Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população

Um outro indicador utilizado para mensurar a desigualdade de renda é a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população, ou, de outra forma, o quanto os 10% mais ricos ganham a mais que os 40% mais pobres. A evolução desse indicador é mostrada no Gráfico a seguir.

Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população – Brasil, Nordeste, e Ceará – 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

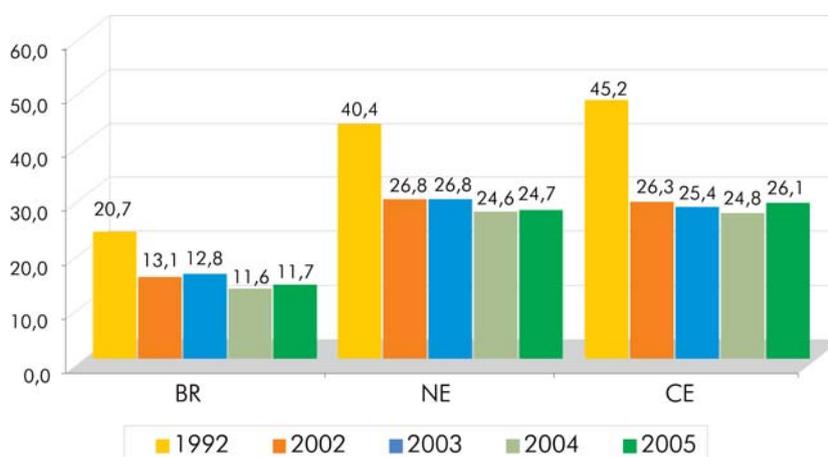
A razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população vem caindo tanto no Brasil, como nas demais áreas em estudo. Contudo, a queda mais acentuada aconteceu no Ceará, 18,5%, de 1992 para 2005. Ou seja, os 10% mais ricos ganhavam, em 1992, 24,6 vezes mais que os 40% mais pobres, caindo essa diferença, em 2004, para 20,1 vezes.

Proporção de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza

O último indicador selecionado, relativo ao resultado estratégico “População com mais

acesso à renda”, é a “proporção de pessoas em situação de extrema pobreza” do Estado do Ceará, em comparação com os dados do Brasil e da região Nordeste. Esse indicador é utilizado para medir a proporção de pessoas que auferem rendimentos mensais inferiores a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo outro importante indicador que merece destaque neste trabalho.

Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992/ 2005



Fonte: PNAD/IBGE.

No período de 1992 a 2005, o Estado do Ceará conseguiu reduzir expressivamente a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. A queda observada foi de 42,3%, comparada à alcançada pelo Nordeste (com redução de 39%). Entre 2002 e 2005, a tendência de redução da extrema pobreza no Estado ainda se confirma, contudo de forma modesta, apresentando queda de cerca de 0,7%.

Os indicadores utilizados permitem constatar que a desigualdade de renda tomou nos últimos anos, um comportamento constante. Diante dessa constatação, para os próximos anos, os governantes do Estado do Ceará deverão repensar as políticas públicas voltadas para reduzir as disparidades de rendimento entre os mais ricos e os mais pobres da população cearense. Conclui-se, portanto, que o resultado estratégico "População com mais Acesso a Renda", precisa ser alcançado.

EIXO 3 – CEARÁ INTEGRAÇÃO

O Eixo Ceará Integração consubstancia-se nos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover a Desconcentração Espacial do Desenvolvimento Socioeconômico;
- Promover o Potencial Endógeno para a Autonomia Local;
- Promover a Gestão Integrada e Compartilhada do Território Cearense.

Para a consecução de tais objetivos, foram especificados os Programas, Projetos e Ações que promoverão o desenvolvimento integrado do Ceará. Assim, escolhidas as ações a serem desenvolvidas no contexto do EIXO CEARÁ INTEGRAÇÃO, foram estabelecidos os seguintes resultados:

- Melhor distribuição territorial da renda e do emprego;
- Inclusão social territorialmente equilibrada.

Síntese dos Resultados do Eixo 3

Eixo 3 – CEARÁ INTEGRAÇÃO	
Relação (PIB Interior / PIB RMF)	▼
Emprego Interior / Emprego RMF	—
ICMS interior / ICMS RMF	▼
Índice de concentração dos PIBs municipais (Herfindahl)	▼
IDS – R Global	▲
IPS Global	▲
Legenda	
Desempenho Positivo	▲
Desempenho Negativo	▼
Desempenho Neutro	—

1 MELHOR DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA RENDA E DO EMPREGO

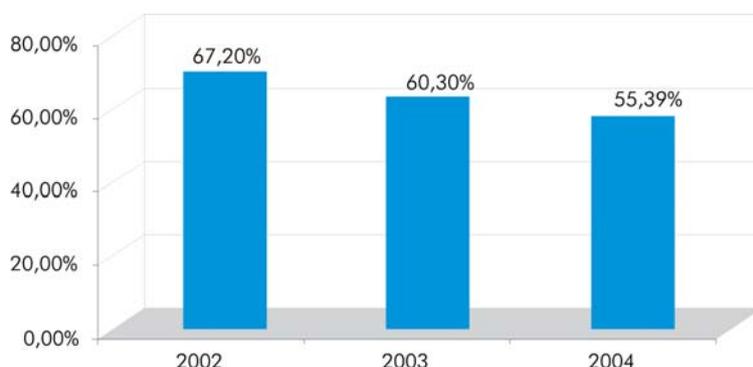
PIB do Interior versus o PIB da RMF

Ao analisar o percentual do PIB interiorano, em comparação com o PIB da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), verifica-se que, para o ano de 2002, o percentual do PIB da RMF era de 67,2%, enquanto o da região interiorana ficava em 32,8%. Já em 2004, essa relação passou a ser de 55,39% e de 44,61%, respectivamente. Embora esse resultado indique que a concentração da economia estadual na

RMF continuou a existir, constata-se que o ritmo dessa concentração vem se arrefecendo. Observa-se, pela leitura do gráfico a seguir que essa relação vem reduzindo, ano a ano.

Na verdade, essa concentração da economia do Estado na RMF é um fenômeno que ocorre de há muito. Neste Governo, muito foi feito para refrear essa tendência, seja via política industrial, via Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, seja mediante a adoção da política de oferta de bens públicos. Cabe ao Governo trabalhar ainda mais para que a economia interiorana adquira mais dinamismo.

PIB Interior do Ceará/ PIB RMF – 2002 a 2004



Fonte: IPECE.

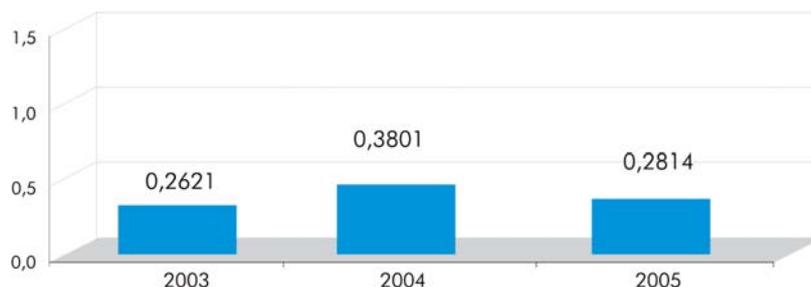
Emprego no Interior como um percentual do Emprego na RMF

Dado que o comportamento do emprego é influenciado diretamente pelo comportamento da renda, o percentual do nível de emprego no interior, em relação ao nível de emprego da RMF, continua apresentando um comportamento descendente. Entretanto, esse

comportamento não foi linear. Veja que no período 2003-2005, o ano de 2004 apresentou uma ligeira melhora nessa relação.

Em consonância com o comportamento do PIB, essa variável apresenta tendência crescente em 2004, talvez fruto do primeiro impacto da política de interiorização da atividade econômica adotada pelo Governo a partir de 2003.

Emprego Interior / Emprego RMF – 2003 a 2005



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Nota: Estes são os dados disponíveis até o presente momento.

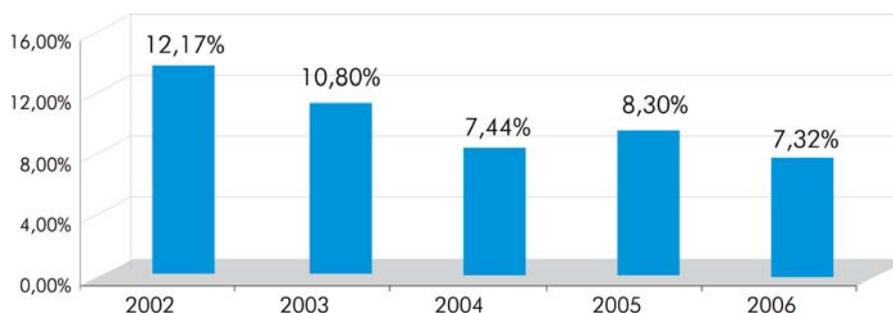
ICMS Arrecadado no Interior como proporção do ICMS arrecadado na RMF

Embora esse indicador também esteja apresentando comportamento descendente, um outro fenômeno pode explicar tal comportamento. O principal problema aqui é que, por questão de eficiência econômica, o grande peso no ICMS arrecadado se verifica para o setor serviços, principalmente comércio e distribuição de energia, segmentos naturalmente concentrados em Fortaleza. De qualquer forma, embora descendente, tal comportamento não é linear, tanto que, em 2005, se verificou um ligeiro aumento nessa relação.

É importante frisar que foram adotadas políticas que visam à reversão desse comportamento histórico, como é o caso, por exemplo, da política industrial via FDI, já citada. A partir de 2003, a sistemática da concessão dos benefícios do FDI foi modificada e se passou a dar maior pontuação aos investimentos destinados ao interior.

Assim, embora ainda modesta, a atividade industrial no Estado vem sendo melhor distribuída em termos espaciais, o que, ao longo do tempo, determinará uma maior interiorização da atividade econômica no Estado.

ICMS Interior / ICMS RMF – 2002 a 2006



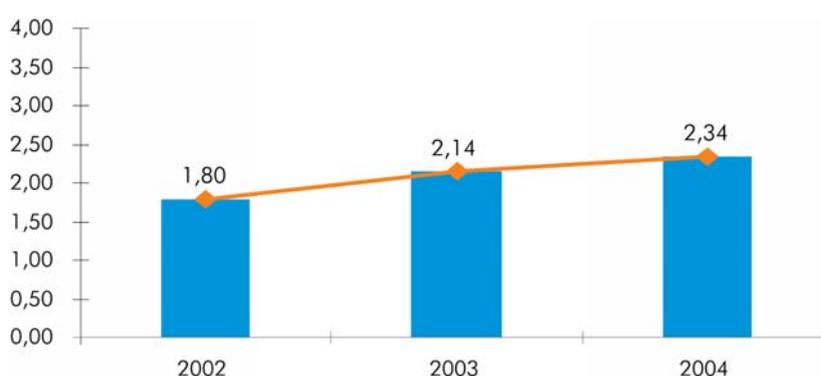
Fonte: SEFAZ e IPECE.

Índice de Concentração – PIB Municipal

O Índice de Concentração, usando a técnica de Herfindahl, é um número que quanto maior for, maior será a concentração. No caso do PIB Municipal, observa-se que nos últimos anos

a produção de riqueza do Ceará está se concentrando em alguns municípios, e ao analisar-se o Índice junto com a razão entre os PIBs da RMF e do Interior, conclui-se que a produção de riqueza do Estado está se concentrando na RMF.

Índice de Concentração – PIB Municipal – Ceará – 2002 a 2004



Fonte: IPECE.

2 INCLUSÃO SOCIAL TERRITORIALMENTE EQUILBRADA

Na tentativa de medir a inclusão social territorialmente equilibrada, foi criado o índice de Desenvolvimento Social por Resultados – IDS-R, pelo IPECE, contendo indicadores de educação, saúde, condições de moradia, emprego e renda, e desenvolvimento rural. Também foi criada pelo IPECE, em parceria com a Secretaria da Ação Social – SAS, a Taxa de Vulnerabilidade Social – TVS que tem como objetivo identificar os municípios em situações de maior vulnerabilidade.

Índice de Desenvolvimento Social por Resultados – IDS-R

O Índice de Desenvolvimento Social envolve, como dito anteriormente, cinco dimensões: educação, saúde, condições de moradia, emprego e renda, e desenvolvimento rural.

O método de cálculo do IDS consiste em padronizar os indicadores selecionados em cada dimensão, considerando-se valores de 0 a 1, respectivamente, para os piores e melhores resultados dos municípios.

Os cálculos do Índice de Desenvolvimento Social, em sua vertente por resultados, possibilitam comparar a distribuição regional do desenvolvimento social dos municípios no período analisado. Vale salientar que esse índice tem como função agrupar os municípios com características semelhantes em termos de seu nível de desenvolvimento social. A sua variação de um ano para outro não mostra, portanto, se os indicadores melhoraram ou pioraram em termos absolutos, mas se a distribuição espacial dos resultados tornou-se, em termos relativos, mais ou menos equitativa.

Pelos valores desse índice para os anos de 2002 a 2005, em termos relativos, a distribuição espacial do desenvolvimento social permaneceu praticamente inalterada, havendo uma ligeira piora desse posicionamento no ano de 2005.

Comparando os resultados obtidos em 2005 com os de 2004, pode-se perceber um melhor desempenho nas dimensões de educação, emprego e renda e desenvolvimento rural. A dimensão saúde, apresentou pior desempenho, e a condição de moradia manteve-se estável.

Índice de Desenvolvimento Social de Resultados – IDS-R

IDS -R	2002	2003	2004	2005
Global	0,4899	0,4955	0,4930	0,4833
Educação	0,5949	0,6480	0,6348	0,6514
Saúde	0,6590	0,6237	0,7103	0,6415
Condições de Moradia	0,4357	0,4418	0,4022	0,3983
Emprego e Renda	0,3511	0,3560	0,3188	0,3209
Desenvolvimento Rural	0,3068	0,2985	0,2815	0,3058

Fonte: IPECE.

Taxa de Vulnerabilidade Social – TVS

A construção do conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na PNAS/2004, em que se define o público-alvo da Assistência Social como a população vulnerável, representada pelo conjunto de pessoas residentes em uma localidade que apresentem, pelo menos, uma das características abaixo:

- 1 Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados (água, esgoto, coleta de lixo e mais de dois moradores por dormitório);
- 2 Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo;
- 3 Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos, e responsável com menos de 4 anos de estudo;
- 4 Família em que há uma mulher chefe analfabeta, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos;

- 5 Família em que há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho), com 4 ou menos anos de estudo;
- 6 Família em que há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe;
- 7 Família em que há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
- 8 Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais;
- 9 Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

A combinação dessas características compõe a Taxa de Vulnerabilidade Social em um determinado território. A partir dessa concepção, foi calculada a Taxa de Vulnerabilidade Social (TVS) dos municípios cearenses. O quadro abaixo apresenta os 10 municípios mais e os 10 menos vulneráveis segundo a TVS:

Relação dos dez municípios mais e menos vulneráveis segundo a TVS - 2006

Os 10 mais vulneráveis	Os 10 menos vulneráveis
Choró	Fortaleza
Itatira	Maracanaú
Tarrafas	Iguatu
Miraíma	Juazeiro do Norte
Viçosa do Ceará	Caucaia
Catarina	Pacatuba
Amontada	Limoeiro do Norte
Aratuba	Crato
Arneiroz	Sobral
Chaval	Aquiraz

Fonte: IPECE.

Eixo 4 – CEARÁ A SERVIÇO DO CIDADÃO

O Quarto Eixo de Ação do Governo é, com certeza, o que trouxe mais inovação no

conceito de Administração Pública, ao direcionar a Gestão Governamental para o atendimento ao cidadão.

Síntese dos Resultados do Eixo 4

Eixo 4 – CEARÁ A SERVIÇO DO CIDADÃO	
Número de atendimentos ao Cidadão (SOMA)	▲
Consultas ao Portal do Governo do Cear á (SEAD)	▲
Produtividade do Gasto Público: PIB Setor Privado / Despesa total Governo – 2002 a 2004	▲
Superávit primário	▲

Legenda	
Desempenho Positivo	▲
Desempenho Negativo	▼
Desempenho Neutro	—

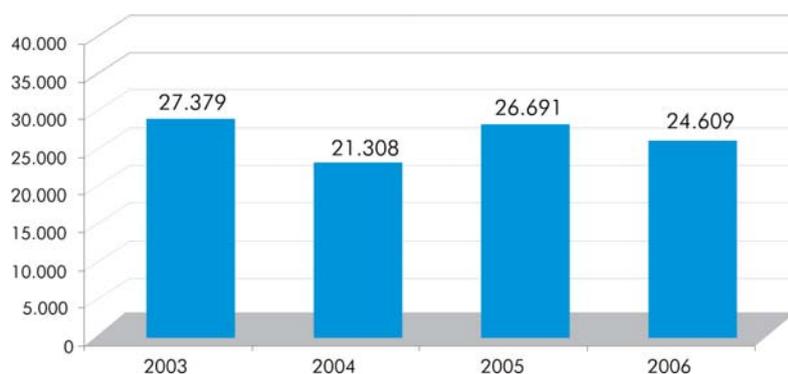
1 Transparência na Gestão Pública

No Eixo 4, um dos objetivos estratégicos é o de “Efetivar a Gestão Compartilhada, a participação e o Controle Social”, em que se buscou criar e aperfeiçoar cada vez mais os canais de comunicação e participação da sociedade. Para que isso se efetivasse, foi necessário, de início, um compromisso com a transparência das informações e ações da

Gestão Pública, por um lado, e por outro, a criação de canais de interação com o cidadão, por meio de dois equipamentos importantes: a Ouvidoria do Estado e o Portal do Governo.

A Ouvidoria do Estado passa então a realizar os atendimentos ao cidadão, demonstrados no Gráfico abaixo, por meio dos seus programas: Alô Idoso, Alô Cidadão, Unidades Móveis, Rede de Ouvidores e Ilhas Digitais.

Número de Atendimentos ao Cidadão – 2003 a 2006



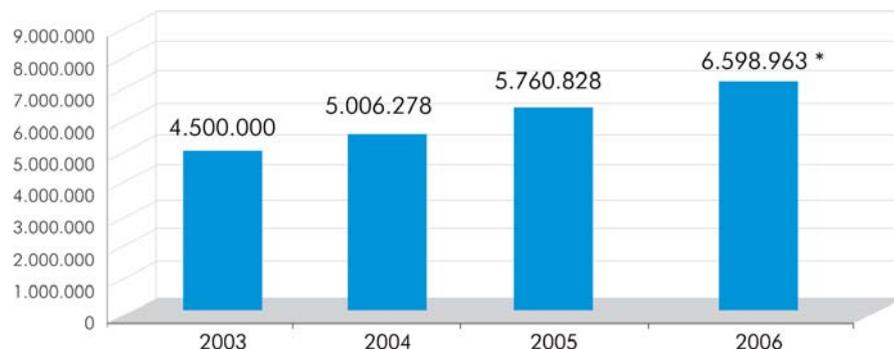
Fonte: SOMA.

Nota: Para 2006 foram usados dados de até Nov. de 2006.

Outro indicador importante, observado no Gráfico abaixo é o que registra a visibilidade da Gestão Pública e demonstra a relação de aproximação cada vez maior com a população, ou seja, o total de páginas visitadas no Portal do Governo que exalta,

além do aumento da transparência das ações governamentais, também, a melhoria do nível de prestação de serviços e a disseminação das informações publicadas em documentos, balanços e demonstrativos.

Total de Páginas Visitadas do Portal do Governo do Estado – 2003 - 2006



Fonte: Portal do Cidadão / Secretaria da Administração - SEAD.

Nota: Em 2006, os valores correspondem somente aos meses de junho a outubro.

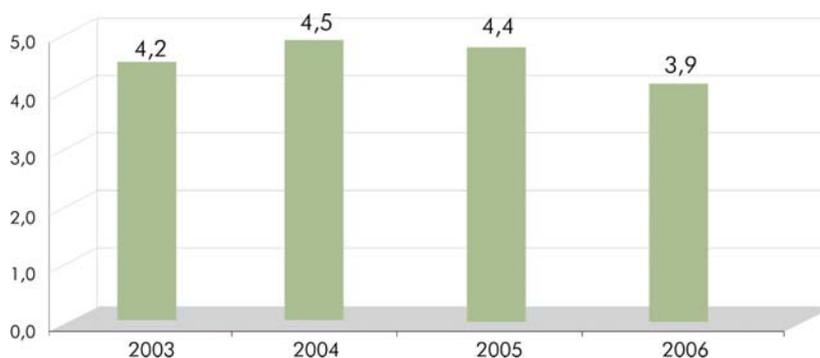
3 EFICIÊNCIA NO USO DO RECURSO PÚBLICO

Para se ter certeza do bom uso do recurso público, utiliza-se um indicador que procura medir a produtividade geral do Governo, mostrado no Gráfico a seguir, e que indica quantos reais do PIB do setor privado o Governo consegue viabilizar para cada real gasto em seu orçamento. É possível observar que, em 2006, a cada R\$ 1,00 gasto pelo

Governo do Estado, o Setor Privado gerou outros R\$ 3,90.

O indicador do Gráfico abaixo mede o impacto geral dos gastos do Governo sobre o crescimento da economia cearense. Percebe-se uma queda na produtividade do gasto público, o que sugere que a aplicação desses recursos impactaram o setor privado numa proporção menor que a dos anos anteriores.

Produtividade do Gasto Público: PIB Setor Privado / Despesa total do Governo – 2002 a 2006



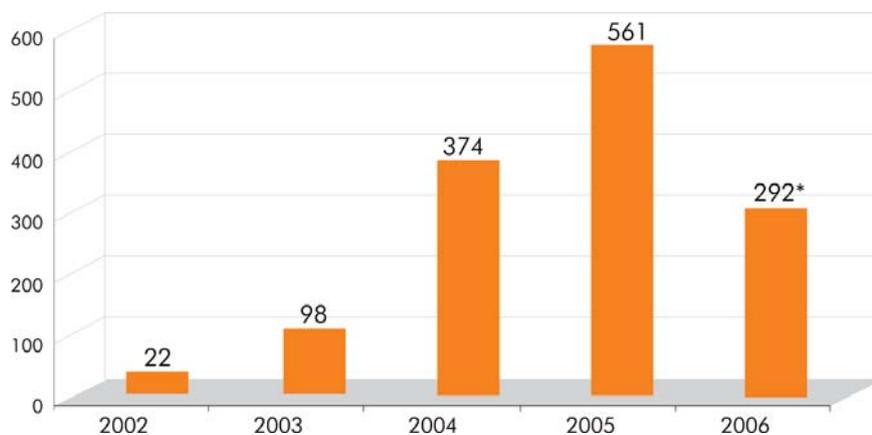
Fonte: SEPLAN/IPECE.

Nota: Considerou-se a Despesa total empenhada do Tesouro.

Outro indicador importante a ser observado, que demonstra a eficiência no uso do recurso público, é o Resultado Primário, ou seja, a Receita descontando as operações de crédito, menos Despesa descontando o serviço da dívida.

Quando o Governo trabalha com uma gestão fiscal criteriosa, é possível, como no Ceará, gerar um Superávit Primário crescente, garantindo assim uma amortização efetiva da dívida pública superior aos juros e encargos pagos, conforme vistos no Gráfico abaixo.

Resultado Primário do Orçamento do Tesouro Estadual (R\$ milhões) – 2002 a 2006

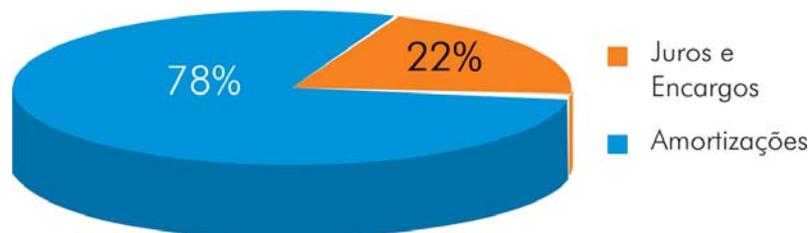


Fonte: SEFAZ e IPECE.

Obs.: * Valor projetado para 2006; O cálculo segue as regras da Secretaria do Tesouro Nacional.

No Gráfico abaixo, vê-se que o governo vem amortizando efetivamente a dívida pública do Estado, o que provoca uma melhoria em seu perfil de endividamento e em sua classificação de risco.

Serviço da Dívida Pública do Ceará – 2006



Fonte: SEPLAN.



**Governo do Estado
do Ceará**

Propostas para 2007

EDUCAÇÃO BÁSICA

NORTEAR A POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA E COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

- Ampliação do diálogo com os municípios para aperfeiçoar o regime de colaboração com vistas à construção da rede integrada de ensino público.
- Apoio aos municípios no desenvolvimento de programas voltados para a eliminação do analfabetismo escolar, nas séries iniciais do Ensino fundamental.
- Expansão da oferta do ensino Médio, articulada à educação profissional, assegurando aos

jovens cearenses uma sólida formação e sua inclusão no mundo do trabalho.

- Elevação dos indicadores educacionais, fortalecendo uma cultura de acompanhamento e avaliação permanentes do processo de ensino e aprendizagem.
- Realização da Conferência Estadual de Educação para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação.
- Deflagração do processo de revisão do Planode cargos, Carreira e Remuneração dos trabalhadores em educação.

SAÚDE

ASSEGURAR ATENDIMENTO UNIVERSAL E INTEGRAL, COM EQUIDADE, A TODOS OS CIDADÃOS CEARENSES

- Universalização do acesso à Atenção Básica de Saúde
 - 100 % de cobertura do Programa Saúde da Família.
- Qualificação e Humanização da Atenção do Parto e Nascimento
 - Redução da mortalidade perinatal e materna
- Redução e Controle de doenças Endêmicas
 - Calazar, Leishmaniose tegumentar, tuberculose, hanseníase e AIDs.
- Implantação de Redes Regionais de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

- Redução da mortalidade por causas violentas
- Desenvolvimento da Rede Ambulatorial de Especialidades Médicas e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapia.
 - Descentralização e Democratização do acesso à Atenção Ambulatorial Especializada e Meios Diagnósticos (Laboratório/Imagenologia)
- Implantação de Hospitais Regionais e Acreditação e Hospitais de Referência Secundária.
 - Descentralização e Democratização do acesso à Atenção Hospitalar de Referência Secundária

SEGURANÇA PÚBLICA

IMPLANTAR UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E ARTICULADA COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Aceleração do processo de reinteriorização da Polícia Civil.
- Implementação do Programa Ronda do Quarteirão.
- Implementação das ações tendentes a assegurar o respeito aos direitos fundamentais do cidadão.

- Modernização de instrumentos que otimizam o trabalho de inteligência no enfrentamento da criminalidade.
- Modernização e estruturação da Polícia Científica como ferramenta de apoio ao trabalho da Polícia Judiciária, na elucidação das ações delituosas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

CONSOLIDAR UMA NOVA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ARTICULADA COM AS DEMAIS POLÍTICAS FEDERAIS E ESTADUAIS

- Integração das ações das Políticas de Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, para a redução dos índices de pobreza e desigualdade social do Ceará.
- Ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda, considerando as vocações locais e regionais, a inovação e qualificação profissional, o acesso ao crédito, o fortalecimento da rede de economia solidária e a atração de investimentos produtivos para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

- Garantia dos direitos fundamentais da criança, do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, com foco na família.
- Garantia da proteção integral e medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e proteção social especial aos que se encontram sob custódia do Estado, inclusive as vítimas de violência e exploração.
- Desenvolvimento dos programas permanentes de redução da vulnerabilidade em áreas de risco, assistência das populações em estado de calamidade pública, garantindo proteção através de ações de defesa civil.

Propostas para 2007

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ARTICULADA COM AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior, focada no desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com especial atenção à interiorização.
- Posicionamento do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior como suporte dos grandes projetos estruturantes do Governo, com destaque para Energias Alternativas (Biodiesel, Eólica, etc.), Siderúrgica, Educação Básica, Educação Tecnológica e Profissional e Agricultura Familiar.
- Instalação do Conselho de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior para articular as ações governamentais no setor.
- Implantação de políticas de inclusão digital como estratégia de inclusão social, mediante o uso de novas tecnologias de comunicação, em especial redes wireless, PLC (Power Line Communication) e TV Digital.
- Dinamização do uso das Infovias para apoio à Educação Continuada e Educação à Distância, como complemento à formação de professores em diversos níveis, ampliando a capilaridade do acesso às Tecnologias da Informação em todo o Estado.

JUSTIÇA E CIDADANIA

REESTRUTURAR O SISTEMA PENITENCIÁRIO

- Promoção da informatização do Sistema Penitenciário, integrando ao Sistema de Segurança Pública.
- Conclusão da penitenciária de Pacatuba (500 vagas), e as cadeias públicas dos municípios de Icó, Barbalha e Acopiara, todos com 50 (cinquenta) vagas, cada bem como a construção de uma cadeia pública no município de Crateús, com capacidade para 150 detentos.
- Criação de núcleos de mediação comunitária e espaços de cidadania, com equipes multidisciplinares.
- Investimento no sistema penitenciário, priorizando atividades ocupacionais, culturais e educacionais dos detentos, assim como um programa sistêmico de assistência ao egresso.
- Intensificação das ações de cidadania, através da Casa do Cidadão e do Caminhão da Cidadania.

CULTURA

ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

- Consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, com a formação de um acervo de livros e periódicos que possa atingir, nos quatro anos de gestão, três milhões e meio de volumes, o que corresponde à metade da população do Estado.
- Institucionalização do Sistema Estadual de Patrimônio, de forma a criar condições, em cada Município, com apoio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para identificar, tomba e proteger, para uso comum do povo, tanto o patrimônio material quanto o imaterial ainda existentes no Ceará.
- Instituição do Sistema Estadual de Publicações, em cooperação com organismos nacionais, públicos e privados, universidades, associações culturais da sociedade e as

demais Secretarias de Estado com objetivos afins, como a de Educação Básica, Ciência e Tecnologia e Turismo.

- Ampliação, modernização e requalificação do Sistema Público de Difusão Cultural, instituindo um Calendário Anual de Eventos Permanentes, de comum acordo com a política de turismo cultural da Setur e das Prefeituras das regiões turísticas do Ceará.
- Inclusão do Ceará no Circuito Cultural da América Latina, colaborando no esforço nacional determinado pelo parágrafo único do artigo 4º da Constituição brasileira, segundo o qual o Brasil deverá envia esforços para promover a integração econômica, social, política e cultural dos povos da América Latina, com vistas a criar a comunidade de nações dessa importante região da Ibero-América.

ESPORTES

PROMOVER O ESPORTE, A ATIVIDADE FÍSICA E O LAZER NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, DA FORMAÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS E DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE

- Garantia do acesso às atividades físicas, desportivas e de lazer ao cearense, criando programas específicos, com apoio multiprofissional.
- Implantação da Política Estadual do Esporte, definindo metas e desafios, a partir do princípio da inclusão social.

- Criação de Núcleos Estratégicos de Iniciação Esportiva nas diversas modalidades, como formação de base.
- Criação de Centros de Referência do Esporte para formar atletas de alto nível, articulados com as associações desportivas.
- Ampliação do Programa bolsa Atleta, com transparência, revisão e solução, de acordo com o rendimento individual.

Propostas para 2007

HABITAÇÃO

PRIVILEGIAR, NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS, AS ÁREAS CRÍTICAS E DE RISCO DO INTERIOR, DENTRO DA POLÍTICA DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

- Implementação de programas habitacionais (Ação com Moradia Digna), privilegiando

áreas críticas e de risco, visando reduzir o déficit habitacional e as desigualdades regionais, utilizando-se dos diversos programas federais existentes, oferecendo moradia mais digna para a população.

MEIO AMBIENTE

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, HARMONIZANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO, A QUALIDADE DE VIDA E O RESPEITO AO MEIO AMBIENTE.

Gestão Compartilhada

- Municipalização da Gestão Ambiental (Otimização do projeto Selo Município Verde.).
- Incentivo à criação das Agendas 21 locais.
- Fortalecimento da participação popular nas Instâncias Colegiadas (Comitês, Fóruns, Conselhos gestores e outros.).
- Inserção da Componente Educação Ambiental nas políticas públicas.
- Estimulo à criação e gestão de áreas protegidas.
- Elaboração do relatório de Qualidade Ambiental do Estado, em cumprimento a Legislação Ambiental.

- Fortalecimento da Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos.
- Conservação e preservação dos Ecossistemas, por meio dos instrumentos de controle ambiental.

Tecnologias Limpas

- Estimulo à elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento LimpomDL.
- Estimulo à implantação nas empresas do Sistema de Gestão Ambiental – ISO 14001.

Incentivos Ambientais

- Criação do ICMS ecológico.
- Criação de mecanismos visando a Certificação Ambiental para empresas.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS

EXPANDIR, DE FORMA DESCENTRALIZADA E DIVERSIFICADA, A BASE INDUSTRIAL DO ESTADO E ESTABELECEER POLÍTICAS INDUTORAS DE MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS, COM VISTAS A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Redefinição da política de incentivo industrial do Governo, priorizando os investimentos que melhor contribuam para dar maior dinamismo à economia estadual, elevação da renda per capita e provoque maior impacto na agropecuária, comércio e serviços.
- Continuidade à consolidação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CIPP.
- Incentivo à descentralização da indústria de base e às unidades produtivas de bens de consumo local e regional, em especial à micro, pequena e média empresa.
- Incentivo à atração de indústrias de forte base tecnológica.
- Apoio ao desenvolvimento de projetos cooperativos indústria-universidade, visando a melhoria tecnológica da produção e o aumento da competitividade e a formação de recursos humanos.

DESENVOLVIMENTO RURAL

DESENVOLVIMENTO RURAL COM BASE NA DESCENTRALIZAÇÃO, NA REGIONALIZAÇÃO, NA INCLUSÃO SOCIAL E NO INCENTIVO À AGROECOLOGIA

- Adoção do planejamento das ações de desenvolvimento agrário, com base nos territórios, incentivando e apoiando sistemas de produção regionalmente adaptados, estimulando a produção familiar, assim como a diversificação de cultivos, visando à busca da segurança alimentar econômica e social sustentável da população.
- Fortalecimento de iniciativas educacionais apropriadas para agricultura familiar, tendo como referência a educação contextualizada, assim com outras experiências educacionais construídas a partir da realidade dos agricultores familiares.
- Consideração da complexidade climática e o dinamismo dos sistemas e das cadeias de produção, assim como os limites econômicos e socioambientais em que se desenvolvem, de modo a contribuir para o redimensionamento, redesenho e uso adequado dos meios de produção disponíveis e ao alcance dos agricultores familiares no semi-árido cearense.
- Integração de programas e projetos de modo a potencializar recursos e causar sinergia das ações, observando sempre o princípio da complementaridade.
- Estimulo à democratização dos processos de tomada de decisão com o fortalecimento dos Conselhos Estaduais e da sociedade Civil Organizada, na definição das formas de desenvolvimento das comunidades e territórios.

Propostas para 2007

TURISMO SUSTENTÁVEL

TORNAR O CEARÁ UM COMPETIDOR TURÍSTICO DE NÍVEL INTERNACIONAL

- Início da implantação de um novo Centro de Feiras e Eventos em Fortaleza.
- Fortalecimento dos destinos turísticos do interior do Estado do Ceará.
- Capacitação, qualificação e conscientização das comunidades locais para o turismo, criando Conselhos Municipais do Turismo.
- Captação de investimentos público/privado para o desenvolvimento sustentável do turismo.
- Incremento do “marketing” nacional e internacional, fortalecendo o destino da Capital e do Interior do Estado, inclusive, com a captação de congressos e feiras, superando os problemas com a sazonalidade para o turismo.

DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

PRIORIZAR A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, EXPLORANDO AS ESPECIFICIDADES E POTENCIALIDADES LOCAIS E REGIONAIS E PROMOVENDO O FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES

Desenvolvimento Urbano

- Promoção da estruturação urbano-regional e a oferta de bens e serviços urbanos com reforço nas centralidades das cidades pólo.

Desenvolvimento Regional

- Promoção do desenvolvimento urbano e regional com foco nas regiões mais estratégicas do Estado, com base numa nova regionalização a ser definida com a participação da sociedade.
- Implementação de mecanismos de estímulo ao processo de desenvolvimento endógeno do Ceará, mediante a execução de ações de incentivo às atividades econômicas mais competitivas, visando à redução das desigualdades inter-regionais.

RECURSOS HÍDRICOS

INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

- Conclusão dos trechos I e II do Canal da Integração.
- Conclusão do trecho Orós/Feiticeiro.
- Conclusão do Açude Pesqueiro no município de Capistrano.
- Início da construção dos trechos IV e V do Canal da Integração.
- Início da construção do açude Riacho da Serra no município de Alto Santo.

INFRA-ESTRUTURA

INFRA-ESTRUTURA COMPETITIVA

- Manutenção/restauração da malha rodoviária do Estado.
- Universalização de energia elétrica com fomento no uso de fontes alternativas.
- Continuidade às obras do METROFOR.
- Inclusão do Terminal do Pecém, de estrutura e equipamentos necessários para a expansão das atividades do Complexo Industrial e Portuário.
- Contratação de estudos e implementar projetos que visem à integração dos diversos modais de transporte de cargas e de passageiros.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

DEMOCRATIZAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ASSEGURAR TRANSPARÊNCIA E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

- Aperfeiçoamento e consolidação da Gestão Pública por Resultados – GPR, como modelo de planejamento do governo a ser integrado com os instrumentos de planejamento
- Adoção de metodologia de planejamento e gestão participativa para o desenvolvimento regional, articulada com a regionalização do orçamento.
- Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas governamentais, visando integrar todas as secretarias dentro de um padrão rigoroso de performance.
- Priorização da captação de recursos mediante convênios com o poder público federal.
- Priorização da contrapartida na alocação de limites financeiros para programas financiados por operações de crédito e/ou convênios, definidos pelo governo.
- Conclusão da primeira parte da operação SWAP, junto ao Banco Mundial, com a operação do desembolso final e iniciar negociação para o desenho da segunda fase.

Gestão Estratégica

- Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.
- Apoio à implementação do projeto de reforma administrativa do novo governo.
- Ampliação da alocação de servidores no preenchimento dos cargos comissionados e na substituição gradual de vagas do pessoal terceirizado, com a participação de técnicos concursados.
- Implantação de mecanismos de valorização do servidor e fortalecimento da ética e da transparência no serviço público.
- Melhoria da qualidade e a efetividade do serviço de atenção à saúde do servidor do Estado.
- Implementação da unidade gestora da previdência dos servidores do Estado.
- Intensificação de estudos e projetos de racionalização de gastos corporativos.

FINANÇAS PÚBLICAS

MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

- Modernização do Sistema de Fiscalização do Estado, no âmbito de estabelecimentos, trânsito de mercadorias e monitoramento do desempenho fiscal do contribuinte.
- Desenvolvimento e implantação de sistemas de gerenciamento contábil e financeiro do Estado do Ceará.
- Revisão da sistemática de tributação de segmentos econômicos mais significativos.
- Automação do controle das operações de circulação de mercadorias nas operações interestaduais e comércio exterior.
- Fortalecimento do combate ao crime contra a ordem tributária.

OUVIDORIA E CONTROLADORIA

AUDITORIA DE DESEMPENHO

- Implementação dos processos para a realização contínua de atividades de auditoria de desempenho, incluindo, necessariamente, a especificação de normas e procedimentos, o que está programado para realização no primeiro semestre do próximo exercício.
- Realização de três novos estudos de viabilidade de auditoria de desempenho em programas de Governo.
- Realização de duas atividades de auditoria de desempenho, em caráter de rotina.

AUDITORIA DE REGULARIDADE

- Realização de auditorias de avaliação da gestão dos responsáveis, referente às prestações de contas do exercício de 2006, em face do disposto no inciso III do Art. 9º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (Lei nº 12.509/1995).
- Implementação de atividades visando aperfeiçoar as ações de caráter preventivo e de acompanhamento.

RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS

- Acompanhamento das ações em fase de implementação do projeto de racionalização dos gastos do Governo do Estado do Ceará.
- Realização de estudos de racionalização de gastos para as seguintes categorias:
 - Impressoras e xerox
 - Distribuição de leite
 - Medicamentos Nuasf
 - Peças e manutenção de veículos
- Participação da implantação do módulo de suprimentos do Sistema Integrado de Gestão – GRP.
- Implantação do sistema de custos para o Governo do Estado do Ceará para atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Acompanhamento da implantação do Modelo de Gerenciamento de Contas para o Governo do Estado do Ceará.
- Levantamento de proposta de gerenciamento dos indicadores de desempenho das Secretarias e Vinculadas.
- Realização, em conjunto com a Auditoria, de análise da eficiência e eficácia dos Contratos de Gestão do Hospital Wlademar de Alcântara e dos Presídios.

CONTROLE FINANCEIRO

- Criação de procedimento para a gestão geral dos contratos corporativos e dos registros de preço.
- Definição de procedimento de acompanhamento e controle dos contratos de gestão.
- Acompanhamento e análise dos dados relativos aos relatórios de execução orçamentária e da LDO.

OUVIDORIA PÚBLICA

- Garantia do acesso fácil do cidadão aos serviços públicos estaduais por meio da Ouvidoria.
- Criação de mecanismos facilitadores do registro de reclamações, críticas, sugestões e elogios, para que os resultados contribuam na formulação de políticas públicas.

